# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 11 | NOVEMBRO 2015 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO



# PARCERIA TRANSPACÍFICA

## ACORDO PODERÁ PREJUDICAR O BRASIL A LONGO PRAZO

35 Anos
AGROANALYSIS

**PISCICULTURA** PROJETO CONCILIA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E RENTABILIDADE

**BOVINOCULTURA** CONFINAMENTO É BOA OPÇÃO

**ESPECIAL PECUÁRIA** MERCADO AJUSTADO EM 2015

FGV

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

**Sede:** Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal
**Vice-presidente:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal
**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
**Vogais:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
**Suplentes:** Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
**Presidente:** Carlos Alberto Lenz César Protásio
**Vice-presidente:** João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
**Vogais:** Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
**Suplentes:** Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

**Diretor da FGV-EESP:** Yoshiaki Nakano
**Diretor da FGV Projetos:** Cesar Cunha Campos
**Diretor da FGV-IBRE:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
**Diretor da FGV-EAESP:** Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

*Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas*

**Conselho Editorial:** Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
**Editor-chefe:** Antônio Carlos Kfouri Aidar
**Editor Executivo:** Luiz Antonio Pinazza
**Colaboradores:** Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
**Fundadores:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

**Redator:** Paulo Roque
**Capa:** Fernanda Carvalho Macedo
**Projeto Gráfico:** Maria João Macedo [Atelier Lola]
**Arte:** Alexandre Monteiro
**Revisor:** Alexandre Sobreiro
**Secretaria e Administração:** Viviane de Carvalho
**Coordenador da Produção Editorial:** Evandro Faulin
**Publicidade/Comercial/Assinatura:** Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

**Acesse o site**
**www.fgv.br/agroanalysis**
**ou ligue**
**0800 770 88 81**
**e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio**

## O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

# DE OLHO NA COP DE PARIS

AS EXPECTATIVAS de crescimento global para 2015 foram reduzidas de 3,3% para 3,1%, na revisão feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em outubro. Para 2016, o crescimento deve ser de 3,6%. Com a desaceleração das economias emergentes – relacionada, principalmente, à queda dos preços das *commodities* e a fatores domésticos em grandes economias como China e Brasil –, desde 2014 as economias desenvolvidas passaram a puxar o crescimento.

A desaceleração da China e a recuperação das economias americana e europeia – estas duas menos intensivas em *commodities* – afetam de modo desigual a economia brasileira. Enquanto a recuperação das economias americana e europeia tende a beneficiar a indústria de transformação nacional, a desaceleração dos emergentes tende a prejudicar os produtores de *commodities*. Mesmo assim, o efeito da desvalorização do real frente ao dólar ainda garante boa remuneração para grande parte dos produtores rurais.

A grande notícia internacional no último mês foi a celebração da chamada Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês). A parceria corresponde a um conjunto de acordos comerciais que facilita a compra e a venda de bens e serviços entre doze importantes países. O impacto negativo para o Brasil virá no longo prazo, quando nosso agronegócio poderá encontrar maior dificuldade para acessar mercados mais dinâmicos, como os consumidores japoneses e norte-americanos. Ou seja, apesar de o País ser pouco afetado no curto prazo, ficará mais difícil para conquistarmos novos mercados no futuro.

Outro foco de atração é a 21ª reunião da Conferência das Partes (COP-21), que acontecerá em Paris, no começo do próximo mês – dias 7 e 8 de dezembro. A perspectiva é de assinatura do maior acordo climático do mundo. O Protocolo de Paris substituirá o Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor em fevereiro de 2005. Bem oportuna, a entrevista deste mês é com a economista Marina Grossi, negociadora do Brasil nas COPs entre 1997 a 2001 e coordenadora do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas entre 2001 e 2003. A grande novidade do evento deste ano são as Intended Nationally Determined Contributions (INDCs), por meio das quais cada país apresentará propostas para reduzir as suas emissões de gases do efeito estufa.

No suco de laranja, o grande esforço da cadeia produtiva é recuperar o espaço perdido nas exportações, principalmente nos últimos dez anos. Nesse sentido, a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) assinou acordo para realização de um amplo trabalho de *marketing* para a promoção do produto na Europa, destino de 70% das exportações brasileiras. O projeto será realizado em parceria com a Associação Europeia de Sucos de Frutas (AIJN, na sigla em francês) e irá envolver as principais marcas e empresas engarrafadoras, num investimento de US$ 7 milhões ao ano. A ideia, agora, é levar conteúdo para médicos, nutricionistas e formadores de opinião na Europa, num extenso trabalho de relações públicas, a fim de recolocar o suco no *hall* das bebidas saudáveis.

Internamente, o plantio da safra de verão 2015/16 corre a todo vapor. Mesmo diante de um ambiente

econômico tenso e recessivo, assistiremos a uma expansão na área plantada. A desvalorização do real frente ao dólar melhorou a rentabilidade da soja, carro-chefe da produção nacional de grãos. As atenções voltam-se para a oferta de crédito rural para atender a demanda dos produtores.

No mercado de carnes, com os problemas enfrentados pela economia brasileira, o consumo em 2015 está menor. Mesmo assim, o cenário ainda é bom para o confinamento, que, na simulação realizada pela ***Agroanalysis***, apresentou lucro de R$ 259,47/@, o que representa uma rentabilidade de 3,45% ao mês. No setor industrial, apesar do desemprego recorde, os frigoríficos mantiveram as margens de comercialização semelhantes às de 2014. Uma das explicações está na menor disponibilidade de animais para abate.

Um dos destaques de capa desta edição da ***Agroanalysis*** é o projeto de piscicultura que a Fundação Getulio Vargas desenvolveu para o governo do estado do Acre e que resultou na implantação da Peixes da Amazônia S.A. O projeto mostra como é possível conciliar o aumento da oferta de proteína animal com a redução da pressão sobre a floresta nativa, propiciando, ao mesmo tempo, inclusão social, estímulo ao empresariado local e atração de recursos para investimentos na região. Este empreendimento serviu para desmistificar a crença de que o combate ao desmatamento da Floresta Amazônica é uma atividade geradora de custos sociais e redução das taxas de crescimento econômico.

Para encerrar, mais uma vez, apresenta-se o Caderno Especial sobre a cadeia produtiva da pecuária de corte, com depoimentos e análises de especialistas. Mesmo com a combinação de recessão, redução no consumo interno e menor exportação, os preços da arroba conseguem sustentar-se em valores reais. Isso pode ser explicado por uma menor disponibilidade de animais prontos para serem entregues aos frigoríficos, em função do abate mais intensivo de matrizes nos últimos anos. Com os preços elevados nas cotações dos animais em reposição, a esperada expansão no confinamento não deverá acontecer neste ano. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
MARINA GROSSI
A INICIATIVA PRIVADA NA COP-21

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
O CENÁRIO EXTERNO E OS PREÇOS DAS *COMMODITIES*

14 AGRODROPS

17 MERCADO & NEGÓCIOS

17 CAPA PARCERIA TRANSPACÍFICA
RIFANDO O FUTURO

20 CAPA PISCICULTURA
PROJETO MODELO NO ESTADO DO ACRE

23 CAPA BOVINOCULTURA DE CORTE
MENOS OFERTA E MENOR CONSUMO

27 POLÍTICA AGRÍCOLA

27 AGRICULTURA BRASILEIRA
CONTRIBUIÇÃO PARA A PAZ MUNDIAL

29 AGROENERGIA

29 ENERGIA DA CANA
UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

32 CONTEÚDO ESPECIAL

32 CAPA ESPECIAL PECUÁRIA
PECUÁRIA BRASILEIRA: MERCADO AJUSTADO

40 ESPECIAL CETIP
UMA ALTERNATIVA PARA O CRESCIMENTO

43 ESPECIAL CITRUSBR
US$ 7 MILHÕES PARA PROMOÇÃO DE SUCO DE LARANJA NA EUROPA

44 ESPECIAL AGROCERES
EVOLUÇÃO E PRODUTIVIDADE

45 ESPECIAL ANDEF
GRANDES CULTURAS, GRANDES DESAFIOS

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
A COP-21 ESTÁ NA PORTA...

47 PRODUZIR
COMO DRIBLAR A INEPTA DIPLOMACIA COMERCIAL BRASILEIRA

48 OPINIÃO
AGRICULTURA E O "AJUSTE"

49 REFLEXÃO
ACORDOS

50 ESTATÍSTICA

# A INICIATIVA PRIVADA NA COP-21

## MARINA GROSSI

PRESIDENTE DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS)

*POR PAULO ROQUE*

Economista, Marina Grossi foi negociadora do Brasil na Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) entre 1997 e 2001 e coordenadora do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas entre 2001 e 2003. Participou das negociações do Protocolo de Kyoto. Para ela, o lado positivo da COP-21, a ser realizada em Paris, é que os 152 países possam realizar um acordo feito "de baixo para cima", mas, por outro lado, teme que a reunião possa terminar de forma burocrática.



**AGROANALYSIS:** DEPOIS DE DUAS DÉCADAS DE EXISTÊNCIA, O QUE EXTRAIR DA COP DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

**MARINA GROSSI:** A agenda internacional às vésperas da COP-21 apresenta diferenças cruciais com relação ao cenário das COPs anteriores. O quinto relatório de avaliação (AR5, na sigla em inglês) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) registra, com base na Ciência, ao nível de confiança de 95%, o aquecimento global observado desde a Revolução Industrial com as emissões de gases do efeito estufa (GEEs) provenientes da ação humana. Assim, está clara a necessidade de estabelecer metas, com prazos bem estabelecidos de cumprimento, para o abatimento efetivo dos GEEs. Além disso, a grande novidade relacionada a essa etapa são as Contribuições Pretendidas Determinadas Nacionalmente (INDCs, na sigla em inglês), apresentadas ao Secretariado da UNFCCC: os países chegarão à mesa de negociação com um mandato de ação predeterminado, algo como um "dever de casa" feito.

O acordo da COP-21 traz metas de dois países cruciais para o seu sucesso: os EUA, que não ha-

> “AMBOS [ESTADOS UNIDOS E CHINA] SÃO OS DOIS PAÍSES MAIS EMISSORES DO PLANETA, SENDO, JUNTOS, RESPONSÁVEIS POR CERCA DE 45% DAS EMISSÕES TOTAIS.”

viam ratificado o Protocolo de Kyoto, e a China, que, na condição de país em desenvolvimento, não possuía metas obrigatórias. Ambos são os dois países mais emissores do Planeta, sendo, juntos, responsáveis por cerca de 45% das emissões totais. Portanto, pode-se considerar que os esforços de planejamento do acordo a ser obtido na COP-21 dão a ela um grande potencial para estabelecer um plano de ação claro e factível.

O PROTOCOLO DE KYOTO É UM SUCESSO OU FRACASSO?

**MG:** O Protocolo de Kyoto não obteve sucesso em frear as emissões globais ao limite desejado de 2°C, entretanto não pode ter a sua contribuição desconsiderada. Este acordo consistiu-se no primeiro passo para a transição de paradigmas da economia mundial. O objetivo do Protocolo envolvia reduzir as emissões globais em 5,2% entre 2008 e 2012, tendo como ano-base 1990. Porém, de 2005 a 2012, estas emissões cresceram em 16,2%. Falhou, também, em realizar a transferência de tecnologias a que se propôs. De qualquer forma, pela primeira vez, se vinculou a questão ambiental com o mercado, mediante o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que representou uma curva de aprendizado para o estabelecimento de mercados de carbono.

O ACORDO SELADO PELO G7, EM JUNHO ÚLTIMO, PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE GEE É SINAL POSITIVO PARA O FUTURO?

**MG:** Apesar das críticas relacionadas à dita timidez do compromisso firmado pelo Grupo dos Sete (G7) com relação ao tema ambiental, não se pode negar que caracterizou uma demonstração positiva. Foi um sinal dado pelas principais economias do mundo a todas as demais de que é necessário realizar esforços especiais na parte da redução do consumo de combustíveis fósseis.

> “O PROTOCOLO DE KYOTO NÃO OBTEVE SUCESSO EM FREAR AS EMISSÕES GLOBAIS AO LIMITE DESEJADO DE 2°C...”

CHINA E ÍNDIA REDUZIRÃO AS SUAS EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA (GEE)?

**MG:** Como são o primeiro e o quarto maiores emissores mundiais, respectivamente, China e Índia devem realizar compromissos consistentes com a redução das emissões globais. Apesar de ambos terem submetido as suas INDCs, não apresentaram metas absolutas, ou seja, um número concreto de toneladas de $CO_2$ a serem abatidas no horizonte até 2030. Apresentaram apenas metas de intensidade das emissões relativas ao PIB. A Índia comprometeu-se a reduzir esta intensidade de 33% a 35% em 2030, com base em 2005. Já a China comprometeu-se a alcançar o pico de suas emissões até 2030, por meio de uma redução de 60% a 65%, no período com base em 2005. Por outro lado, como demonstração de que pretende reduzir suas emissões, a China assinou

acordo com os EUA comprometendo-se a alcançar 20% de fontes renováveis em sua geração de energia até 2030. Os chineses estão, também, desenvolvendo modelos de mercados de carbono e se tornando referência por realizarem uma transferência direta de recursos dos países mais emissores para os menos emissores.

A CONFERÊNCIA DO CLIMA DE PARIS (COP0-21) SERÁ BUROCRÁTICA OU TOMARÁ AÇÕES MAIS EFETIVAS?

**MG:** Um grande desafio posto para a COP-21 é o da consolidação de forma ambiciosa das INDCs enviadas por 152 países, com determinação das metas alinhadas às ambições nacionais, porém consistentes com o limite para o aquecimento global de no máximo 2°C. Não há muitas dúvidas de que sairá um acordo que traçará um caminho para os próximos anos. O importante será regulamentar os meios pelos quais as metas serão alcançadas, para que as ações possam, de fato, ser implementadas. Mas, isso só deverá ser feito nos próximos anos.

COMO ESTÃO AS MOBILIZAÇÕES NO BRASIL PARA A COP-21?

**MG:** Apesar de viver um momento de instabilidade política e econômica que, por vezes, afasta as atenções do Brasil da agenda do clima, as empresas mantêm-se bastante engajadas com a preparação para a COP-21, assim como outros setores, como a Academia e o próprio Governo. Há grandes esforços em se antecipar aos possíveis desdobramentos da COP-21. Assim, coalizões são criadas e iniciativas conjuntas são tomadas para as mobilizações ganharem força.

Uma importante iniciativa é a Low Carbon Technology Partnerships initiative (LCTPi), representada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Para identificar formas e dar escala a tecnologias de baixo carbono, as empresas elaboram propostas a serem levadas para a COP-21. Além disso, o CEBDS lançou, em outubro último, o Conselho de Líderes. Seu objetivo é reunir as lideranças de empresas estratégicas para a economia do País com o Governo, trazendo propostas concretas para a transição a uma economia de baixo carbono. Entre estas propostas, estão a melhoria de eficiência energética, a geração de energia limpa e a mobilidade sustentável. Isso ajudará o Brasil a alcançar as metas presentes na sua INDC.

AS MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO PARA A COP-21 SÃO IMPACTANTES?

**MG:** Inegavelmente, o fato de o Brasil ter anunciado uma meta absoluta é bastante impactante. Foi uma inovação entre os países emergentes. Entretanto, existem pontos a serem tratados que indicam que os impactos podem ser menores do que aparentam. A ambição do País é atingir o desmatamento ilegal zero na Amazônia até 2030. Porém, além de este prazo ser distante, não há menção aos outros biomas, em especial ao Cerrado, intensamente pressionado pelos desmatamentos legal e ilegal.

> “...COMO DEMONSTRAÇÃO DE QUE PRETENDE REDUZIR SUAS EMISSÕES, A CHINA ASSINOU ACORDO COM OS EUA COMPROMETENDO-SE A ALCANÇAR 20% DE FONTES RENOVÁVEIS...”

> “A AMBIÇÃO DO PAÍS É ATINGIR O DESMATAMENTO ILEGAL ZERO NA AMAZÔNIA ATÉ 2030.”



A INDC brasileira estabelece, também, a meta ambiciosa de alcançar 23% de energias renováveis não hídricas (solar, eólica e biomassa) na matriz elétrica. Hoje, a energia eólica representa apenas 2% do total e a biomassa atinge 7,3%, enquanto a presença da energia solar ainda é ínfima. E, mais: o Brasil comprometeu-se a aumentar a eficiência elétrica em 10% até 2030, o que vem sendo questionado por especialistas.

O SETOR PRIVADO DO BRASIL PLANEJA ALGUMA INICIATIVA PARA A COP 21?

**MG:** Sim. São diversas as iniciativas relacionadas à COP-21 desenvolvidas pelas companhias. As empresas associadas ao CEBDS, por exemplo, levarão resultados à COP-21, tendo inscrito seus representantes junto ao Itamaraty. Importantes organizações empresariais também participarão de eventos paralelos, os chamados *side events*. Isso amplia as discussões para além dos limites das salas de negociação. Como será um ponto focal para as empresas, o CEBDS desenvolveu um *hot-site* com as informações mais relevantes para a COP-21, que poderá ser acessado pelo seguinte endereço: www.cebds.org.

QUAIS SÃO O LADO MAIS POSITIVO E O MAIS NEGATIVO QUE SE PODEM ESPERAR DA COP-21?

**MG:** O lado positivo refere-se ao exercício interno feito por 152 países para determinar suas respectivas ambições, combinando-as de modo que se possa realizar um acordo feito “de baixo para cima”, o chamado *bottom-up*. O modelo anterior “de cima para baixo”, o chamado modelo *top-down*, já demonstrou suas dificuldades em gerar os resultados necessários. Além disso, o incentivo a mecanismos de financiamento, como *green bonds*, e o redirecionamento de recursos para empreendimentos de baixo carbono podem ser um ponto positivo desta COP. O lado mais negativo é a possibilidade de a COP-21 terminar de forma burocrática, deixando aos países a impressão de que as ações só se iniciarão a partir de 2020, que é o ano de início do acordo. ■

# FRASES & COMENTÁRIOS

"Não fossem os ganhos de produtividade das últimas quatro décadas, seria necessário o triplo da área atual para produzir 209 milhões de toneladas de grãos, que é a safra prevista para este ano. Os altos padrões ambiental e social da agricultura brasileira têm um custo econômico, que precisa ser conhecido pelos parceiros comerciais do Brasil."

TATIANA PALERMO, secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do MAPA, durante a 5ª Reunião dos Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Agrário do BRICS (bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em Moscou, na Rússia

"O produtor brasileiro de soja gasta, hoje, para levar a produção da fazenda até o porto, em média, US$ 92/tonelada, quatro vezes mais do que na Argentina e nos Estados Unidos, por conta da deficiência da logística nacional. Este valor representa aumento de 228% em relação ao da década passada, quando a quantia gasta era de US$ 28/tonelada."

LUIZ ANTÔNIO FAYET, consultor de Infraestrutura e Logística da CNA, um dos palestrantes do Dia de Mercado de Grãos, em evento promovido pela CNA, pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) e por sindicatos rurais do oeste baiano, em Luís Eduardo Magalhães-BA

"O setor precisa investir em soluções para melhorar e valorizar a produção de peixe no Brasil. As condições de venda, a falta de padronização do produto e a burocracia para regularizar as pequenas indústrias são gargalos que o setor vem enfrentando há anos."

EDUARDO ONO, presidente da Comissão Nacional da Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

"...ainda há um longo caminho para ser percorrido, mas a produção de soja responsável já é uma realidade brasileira, e as expectativas são muito positivas (...). A previsão é de que encerraremos o ano com a marca de 1,25 milhão de toneladas [de soja certificada]."

DANIEL MEYER, gerente de Desenvolvimento de Mercado da Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS)

"As linhas de financiamento contratadas comprovam que o crédito está fluindo, com destaque para os bancos públicos, que liberaram perto de R$ 18 bilhões. Isso significa um incremento de 35% em relação ao ciclo anterior, de R$ 13,1 bilhões."

ANDRÉ NASSAR, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)



ALF RIBEIRO

**"A boa notícia é que, desde o ano passado, o Brasil não faz mais parte do mapa da fome das Nações Unidas. Isso significa que menos de 5% da população brasileira estão neste estado."**

ALAN BOJANIC, representante da FAO no Brasil, ao discursar no Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos para o Futuro Sustentável – Desafio 2050, realizado em Brasília-DF

"O canal de distribuição, além de gerar emprego para 50 mil profissionais e movimentar 70% da comercialização de insumos, realiza mais de 10 milhões de visitas a agricultores todos os anos. Isso significa afirmar que a ANDAV é essencial para levar conhecimento técnico de produtos e tecnologia aos produtores rurais."

HUMBERTO NAGATA, gerente de Marketing e Relacionamento da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), que comemora 25 anos de atuação

ECONOMIA BRASILEIRA

# O CENÁRIO EXTERNO E OS PREÇOS DAS *COMMODITIES*

CLEMENS NUNES
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

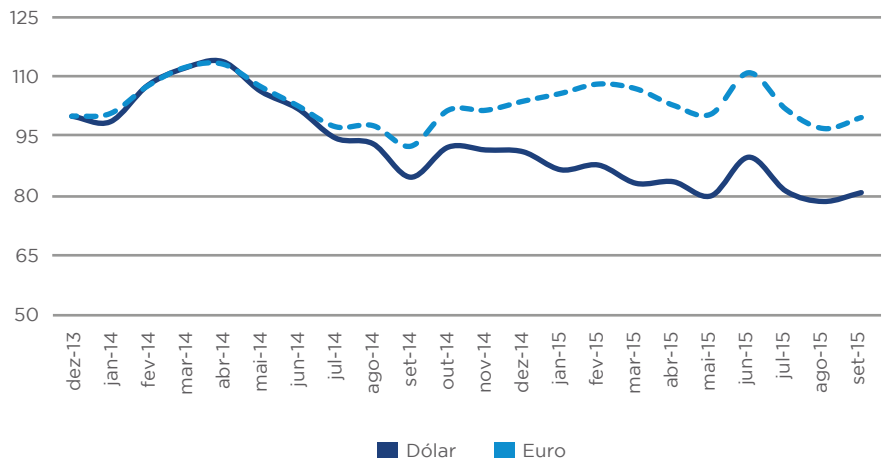
EM MEIO às incertezas na economia doméstica, o cenário externo foi relegado a segundo plano. No entanto, devido à sua importância para a economia brasileira, iremos discutir suas perspectivas considerando três aspectos. Em primeiro lugar, a perspectiva de crescimento global; em segundo lugar, o cenário para política monetária; e, finalmente, discutiremos como estes elementos estão relacionados aos preços das *commodities*, mostrando, nesse caso, que as luzes estão vermelhas.

As perspectivas de crescimento global para 2015 foram reduzidas de 3,3% para 3,1%, na revisão feita pelo FMI em outubro. Para 2016, a redução foi de 3,8% para 3,6%. Essa perspectiva é acompanhada de uma mudança no padrão de crescimento. Enquanto, até 2013, o crescimento foi puxado pelas economias emergentes, a partir de 2014, as economias desenvolvidas passaram a dominar. A desaceleração nos emergentes está relacionada, principalmente, à queda dos preços das *commodities* e a fatores domésticos em grandes economias como China e Brasil. Nas economias desenvolvidas, os Estados Unidos continuam sua recuperação em direção ao novo normal, crescendo próximo de 2,5% a.a; a economia da Zona do Euro volta a crescer a taxas mais robustas (1,5% em 2015), aproveitando uma taxa de câmbio mais competitiva e condições de crédito mais favoráveis, enquanto a economia japonesa voltou a exibir taxas de crescimento levemente positivas (0,6% em 2015). Desenvolvimentos recentes acentuam os riscos de revisão para baixo nesse cenário. Entre estes riscos, temos uma brusca desaceleração da economia chinesa e seus impactos sobre a economia global.

Com relação à política monetária, o panorama também não é uniforme. De um lado, os Bancos Centrais do Japão e da Zona do Euro prometem mais ações de afrouxamento quantitativo. De outro lado, os Bancos Centrais da Inglaterra e dos Estados Unidos (Fed) sinalizam aumento de juros para normalizar as condições monetárias. No caso americano, essa perspectiva pode ser adiada. Temendo impacto de possíveis choques deflacionários, o Fed decidiu não subir a taxa de juros em setembro. Este choque viria, principalmente, de uma queda brusca da economia chinesa. Outro fator que contribui para adiar a alta de juros é a trajetória benigna da inflação. Embora a taxa de desemprego tenha caído substancialmente, a inflação encontra-se abaixo da meta implícita de 2% a.a. A causa deste fenômeno pode estar ligada a efeitos deflacionários transitórios, como a queda do preço das *commodities* e a valorização do dólar, bem como a mudanças estruturais do mercado de trabalho.

De que maneira o crescimento global e as taxas de juros estão relacionadas ao preço das *commodities*? Inicialmente, é importante destacar que o preço de cada *commodity* depende das condições específicas de seu mercado. No entanto, fatores macroeconômicos afetam o desempenho desta classe de ativos como um todo, como pode ser observado no período de 2000 a 2008 e nos anos 70. Tipicamente, o crescimento global tem uma correlação positiva com o preço das *commodities*. Porém, o grau de correlação depende da compo-

ÍNDICE BLOOMBERG DE COMMODITIES AGRÍCOLAS




Fonte: Bloomberg

sição deste crescimento. O crescimento baseado na produção industrial e na urbanização tende a produzir efeitos importantes nos preços, já que são intensivos em *commodities*. Caso típico é a economia chinesa. No cenário corrente, a economia chinesa desacelera, enquanto as economias americana e europeia, menos intensivas em *commodities*, recuperam-se. Essa dinâmica afeta de modo desigual a economia brasileira. Enquanto a recuperação das economias americana e europeia tende a beneficiar a indústria de transformação nacional, a desaceleração dos emergentes tende a prejudicar os produtores de *commodities*.

Com relação à taxa de juros, é importante destacar que a taxa de juros real – aquela obtida descontando-se os efeitos da inflação – é que afeta diretamente os preços das *commodities*. Este efeito ocorre em quatro dimensões, ao se considerar tudo o mais constante. Em primeiro lugar, a taxa de juros real afeta a decisão de extração. Um aumento da taxa de juros real eleva o custo de oportunidade de manter reservas não exploradas e, assim, incentiva o aumento da oferta, levando à queda dos preços. Em segundo lugar, o aumento da taxa de juros real eleva o custo de manter estoques, incentivando sua venda e levando à queda de preços. Em terceiro lugar, o efeito está ligado à característica das *commodities* como uma classe de ativos financeiros. Ao aumentar as taxas de juros reais, ativos concorrentes como títulos de renda fixa tornam-se marginalmente mais atrativos, reduzindo a demanda por *commodities* e, por consequência, seus preços. Finalmente, o quarto motivo deve-se ao movimento das taxas de câmbio associado ao das taxas de juros correspondentes. Um aumento da taxa de juros real de uma moeda tende a apreciá-la frente às demais, tudo o mais constante. A apreciação tende a reduzir o preço das *commodities* em unidades daquela moeda.

Um exemplo está no gráfico que mostra o Índice Bloomberg de Commodities Agrícolas. Desde 2014, o índice perdeu 20% em dólar e, no entanto, manteve-se praticamente inalterado em euro. A razão disso é a apreciação do dólar frente ao euro no período. Nesse cenário de taxas de juros, como os preços das *commodities* reagiriam a uma elevação de juros inesperada do Fed? Com o PIB crescendo à taxa atual, o impacto dependerá do contexto no qual o Fed subirá os juros. Uma subida de juros decorrente do aumento da inflação será algo neutro para as *commodities* caso a taxa de juros real de longo prazo não se altere. No entanto, caso ocorra uma surpresa inflacionária, com o Fed atrasado em seu movimento de juros, isso será benéfico para o preço das *commodities*; e caso o Fed suba os juros, mesmo com a inflação baixa, haverá um impacto negativo sobre os preços das *commodities*. ■

# AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

## PARCERIA TRANSPACÍFICA (TPP)

Com cinco anos de negociações, a TPP congrega doze nações de continentes ligados ao Oceano Pacífico: cinco americanas (EUA, Canadá, México, Peru e Chile), cinco asiáticas (Japão, Malásia, Vietnã, Cingapura e Brunei) e duas da Oceania (Austrália e Nova Zelândia). Trata-se do acordo regional mais amplo da história, que une sob o mesmo mercado 40% da economia de bens mundial, com previsão de tarifa zero para os produtos transacionados entre os países-membros em 2017.

O Brasil deve olhar com atenção para a TPP. No ano passado, tivemos uma receita de US$ 52 bilhões com a venda para os países que fazem parte deste bloco.

## AUMENTA MISTURA VOLUNTÁRIA DE BIODIESEL

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizou a comercialização e o uso voluntário de misturas de biodiesel ao óleo diesel em quantidade superior ao percentual obrigatório, de 7% (B7), a partir de 2016. A venda desta mistura continuará proibida nos postos de combustíveis até haver uma certificação técnica das montadoras e das fábricas de equipamentos e motores. O limite máximo de adição de biodiesel ao óleo diesel é de 20% para as frotas cativas ou consumidores rodoviários. No caso do transporte ferroviário, o limite será de 30%, similar ao dos usos agrícola e industrial. O uso experimental poderá usar 100% de biodiesel. Para as usinas de biodiesel do Brasil, que operam com 40% de ociosidade, essas medidas são positivas.

## PROMOÇÃO DE SUCO DE LARANJA NA EUROPA

A Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) realizará trabalho de *marketing* para a defesa e a promoção do suco de laranja na Europa, destino de 70% das exportações brasileiras. O projeto, em parceria com a Associação Europeia de Sucos de Frutas (AIJN, na sigla em francês), investirá US$ 7 milhões por ano. Metade dos recursos virá de três associadas da CitrusBR: Citrosuco, Cutrale e Louis Dreyfus Commodities. A outra metade contará com a participação de 25 companhias europeias, que representam mais de 90% daquele mercado.

A ideia do projeto começou em 2012, quando a CitrusBR investiu US$ 1 milhão para mapear os hábitos de consumo em dez países: Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Polônia, Rússia, Japão, China, Canadá e Noruega. O diagnóstico do estudo foi apresentado em 2013, durante a Juice Summit, na Bélgica. "A ideia é trabalhar esse material junto a formadores de opinião na Europa, a fim de recolocar o suco no *hall* das bebidas saudáveis", ressalta a diretora de Relações Internacionais da CitrusBR, Larissa Popp Abrahão.

## MAIS ADIDOS AGRÍCOLAS

Para ampliar a presença dos produtos brasileiros do agro em outros países, o Governo pretende ampliar o número de adidos agrícolas em mercados estratégicos. Com prazo de permanência de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, alocados nas embaixadas do Brasil, os adidos são especialistas que atuam como representantes diplomáticos do País.

A representação de adidos brasileiros acontece em oito países: Bélgica (Bruxelas), Argentina (Buenos Aires), Suíça (Genebra), Rússia (Moscou), China (Pequim), África do Sul (Pretória), Japão (Tóquio) e EUA (Washington D.C.). Há necessidade de mais profissionais para os locais onde já há adidos, como Estados Unidos, União Europeia e China, bem como para outros importantes parceiros do Brasil, como Índia, Emirados Árabes e Arábia Saudita. A meta do MAPA é chegar a 24 adidos agrícolas em 2016.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

## DESAFIOS NOVOS E ANTIGOS NA COP-21

Existem dúvidas sobre o resultado prático da COP-21. São mais de duas décadas de encontros, com poucas iniciativas para enfrentar o avanço das crises climáticas. Especialistas apontam pelo menos cinco questões importantes em jogo:

- Devido ao multilateralismo da COP, será possível construir um acordo global que impactará de forma diferente os países?
- A COP-20 determinou que os países deverão definir quanto, como e quando irão reduzir suas emissões (as contribuições pretendidas determinadas nacionalmente – INDCs, na sigla em inglês). Até que ponto os países assumirão metas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEEs)?
- O conteúdo do "rascunho zero", documento-base que está sendo elaborado neste momento na Alemanha, sensibilizará os países desenvolvidos?
- A diferenciação concêntrica, "na qual os países distribuir-se-iam em bandas de compromisso, com possibilidade de transição de uma zona para a outra dependendo do contexto e das capacidades correntes de cada país", será considerada nas negociações?
- Os instrumentos de compensação (tecnologias para captura e estoque de carbono, mecanismos de desenvolvimento limpo, redução do desmatamento, integração entre floresta e agropecuária etc.) conviverão com o aumento das emissões de GEEs?

PARIS2015
UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE
COP21·CMP11




## BENEFÍCIOS DAS ABELHAS

Iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), coordenado no País pelo Fundo Brasileiro da Biodiversidade (Funbio) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a participação de dezoito instituições, o projeto Polinizadores do Brasil lança seus primeiros resultados. Para tanto, foi mapeado o papel das abelhas na polinização da vegetação natural e das plantações brasileiras, com a coleta de 16 mil exemplares de 214 mil espécies diferentes. A pesquisa descobriu nove espécies desconhecidas, registrou a melhoria na produtividade agrícola com a presença das abelhas e constatou que a diversificação das espécies é mais importante do que a quantidade.

## NOVO CICLO DE EXPANSÃO DO ETANOL

UNICA
UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR
ETANOL • AÇÚCAR • ENERGIA SÃO PAULO • BRASIL

A reinstituição parcial da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e a elevação da mistura de 25% para 27% de etanol anidro na gasolina são dados positivos quando se analisa o atual cenário da produção de etanol no Brasil, de acordo com Mariá Almeida Aranha, consultora internacional da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) em Bruxelas. "Para suprir a futura demanda de combustíveis no País, será preciso que o governo brasileiro adote políticas públicas de longo prazo para o setor sucroenergético, definindo concretamente o seu papel na matriz energética nacional", afirma Aranha. Essas mensagens foram apresentadas na 8ª Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada na segunda quinzena de setembro, na cidade do Porto, em Portugal.

## RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE RIOS

Os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Justiça (MJ) e a Caixa Econômica Federal lançaram edital para projetos de recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APPs) em regiões de nascentes e margens de rios. Serão R$ 45 milhões destinados a assentamentos e propriedades familiares localizados em bacias que abastecem reservatórios de Regiões Metropolitanas. A expectativa é de que sejam alcançados 10 mil hectares de nascentes e margens de rios e cadastradas 22,5 mil propriedades.

Instituições públicas, organizações não governamentais e concessionárias de água, por exemplo, poderão apresentar projetos de ações de recuperação florestal e apoio aos agricultores. Eles terão recursos de R$ 1,5 milhão a R$ 3 milhões e prazo de execução de 48 meses.

## PARCERIA TRANSPACÍFICA

# RIFANDO O FUTURO

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

NO INÍCIO de outubro, um conjunto de doze países, incluindo os Estados Unidos e o Japão, concluiu a primeira parte das negociações dos acordos da Parceria Transpacífica (Trans-Pacific Partnertship – TPP). Embora o Brasil esteja fora destas negociações, no curto prazo, não haverá grandes impactos para o agronegócio brasileiro; afinal, exportamos relativamente pouco para os países signatários. Porém, as consequências mais profundas virão ao longo do tempo, pois teremos maiores dificuldades para acessar novos mercados. Ao não investir em acordos bilaterais, mais do que gerando um prejuízo, hoje, o Brasil está rifando oportunidades futuras.

### O QUE É A PARCERIA TRANSPACÍFICA?

A Parceria Transpacífica é um conjunto de acordos comerciais que facilita a compra e a venda de bens e serviços entre doze países, a saber: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã. Além da redução de tarifas para uma ampla gama de produtos, também merecem destaque, entre as medidas contempladas:

- Criação de padrões comerciais e de investimento (como homogeneização de exigências sanitárias), além de regras que facilitem o intercâmbio de informações e/ou a garantia de propriedade intelectual;

- Estabelecimento de salvaguardas ambientais, como, por exemplo, cláusulas que buscam frear o desmatamento ou a pesca predatória;

- Obrigação das partes em seguir os princípios básicos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os direitos dos trabalhadores, como, por exemplo, a fixação de um salário-mínimo e a regulação do horário de trabalho;

- Limitação de medidas governamentais para favorecimento de empresas estatais.

Outro ponto importante do acordo – e que, infelizmente, recebeu pouca atenção da imprensa brasileira – é a liberação do comércio de serviços. Geralmente, estas atividades não são barradas por meio de tarifas ou cotas, mas por vistos, licenças e outras questões alfandegárias. A TPP prevê uma liberação maior para os fornecedores de serviços (assistência técnica, suporte, consultoria etc.).

### QUAIS SÃO OS IMPACTOS SOBRE O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?

Embora o acordo envolva importantes *players* do agronegócio mundial, como Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, os impactos no curto prazo para os nossos produtores serão bastante limitados, pois:

- Para entrar em vigor, a TPP ainda precisa da aprovação dos Legislativos de todos os países-membros. Como, em todos os acordos comerciais, há ganhadores e perdedores, é natural que haja um longo debate entre os principais grupos de interesse de cada país até que as medidas sejam efetivamente sancionadas;

- Infelizmente, com poucas exceções, como o açúcar, o agronegócio brasileiro exporta relativamente pouco para os mercados dos doze países signatários. Ou seja, as perdas serão limitadas porque já não exportamos muito para estes mercados;

- Ainda assim, para os produtos em que questões tarifárias são as principais barreiras, a redução das tarifas para alguns dos nossos concorrentes deve ser mais do que compensada pela desvalorização da nossa taxa de câmbio. Apenas para ilustrar, mesmo que uma tarifa de 12% seja zerada, a nossa taxa de câmbio já desvalorizou 48% somente neste ano.

Entretanto, apesar dos limitados impactos no curto prazo, o principal prejuízo gerado pela TPP ao agronegócio brasileiro é a maior dificuldade que nossos produtores terão para acessar mercados mais dinâmicos, como os consumidores japoneses e norte-americanos. Ou seja, apesar de pouco afetado no curto prazo, o nosso agronegócio terá maiores dificuldades para acessar novos mercados no futuro.

## SE ACORDOS COMERCIAIS SÃO TÃO BONS, POR QUE HÁ TANTA RESISTÊNCIA?

Apesar de todo o barulho feito pela imprensa a respeito da TPP, é importante ter claro que nem todo acordo comercial é um bom negócio, já que terá ganhadores e perdedores. É justamente nesse ponto que, provavelmente, esteja a maior dificuldade de celebrar pactos comerciais mais amplos e profundos. Os ganhadores geralmente são mais difusos e menos organizados, tais como consumidores, exportadores e agentes que somente no futuro aproveitarão as oportunidades que surgirão com os novos mercados. Por outro lado, os perdedores, notadamente os produtores domésticos mais ineficientes, tendem a ser mais estrondosos, até mesmo por uma questão de sobrevivência. Em poucas palavras, enquanto os mais eficientes ganharão apenas no futuro um novo mercado para atuar, os perdedores estarão fora dos mercados que eles já têm.

Enfim, apesar de todas as dificuldades, vamos torcer para que todo o barulho causado pela assinatura desse acordo ajude a convencer a sociedade brasileira dos benefícios de um comércio com mais liberdade e pressionar o Governo a ter uma política comercial mais ativa. ■

**PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO POR PRODUTOS, EM 2014**

| Destino | Café | | Destino | Carnes | | Destino | Complexo soja | | Destino | Sucroalcooleiro | | Destino | Milho | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (US$ bi) | Part. | | Valor (US$ bi) | Part. | | Valor (US$ bi) | Part. | | Valor (US$ bi) | Part. | | Valor (US$ bi) | Part. |
| EUA | 1,30 | 19,5% | Hong Kong | 2,63 | 15,1% | China | 17,01 | 54,2% | China | 0,88 | 8,5% | Irã | 0,88 | 22,6% |
| Alemanha | 1,30 | 19,4% | Federação Russa | 2,44 | 14,0% | Países Baixos | 2,90 | 9,2% | Emirados Árabes Unidos | 0,83 | 8,0% | Vietnã | 0,60 | 15,5% |
| Itália | 0,55 | 8,3% | Venezuela | 1,35 | 7,8% | Espanha | 1,31 | 4,2% | EUA | 0,67 | 6,5% | Coreia do Sul | 0,35 | 9,1% |
| Bélgica | 0,55 | 8,3% | Arábia Saudita | 1,24 | 7,1% | Tailândia | 1,23 | 3,9% | Bangladesh | 0,66 | 6,4% | Taiwan | 0,27 | 6,9% |
| Japão | 0,55 | 8,2% | Japão | 1,12 | 6,4% | Alemanha | 1,12 | 3,6% | Índia | 0,64 | 6,2% | Egito | 0,24 | 6,2% |
| Espanha | 0,17 | 2,5% | Países Baixos | 0,88 | 5,0% | França | 0,96 | 3,1% | Argélia | 0,64 | 6,2% | Indonésia | 0,24 | 6,2% |
| Canadá | 0,17 | 2,5% | Egito | 0,74 | 4,2% | Indonésia | 0,72 | 2,3% | Nigéria | 0,63 | 6,1% | Malásia | 0,24 | 6,1% |
| Federação Russa | 0,15 | 2,3% | Emirados Árabes Unidos | 0,62 | 3,5% | Coreia do Sul | 0,61 | 1,9% | Egito | 0,55 | 5,3% | Japão | 0,23 | 6,0% |
| Reino Unido | 0,15 | 2,2% | China | 0,52 | 3,0% | EUA | 0,54 | 1,7% | Federação Russa | 0,54 | 5,2% | Arábia Saudita | 0,14 | 3,5% |
| França | 0,13 | 1,9% | Reino Unido | 0,46 | 2,7% | Itália | 0,43 | 1,4% | Arábia Saudita | 0,43 | 4,1% | Marrocos | 0,13 | 3,3% |
| Total | 6,66 | 100% | Total | 17,43 | 100% | Total | 31,40 | 100% | Total | 10,37 | 100% | Total | 3,88 | 100% |

Fonte: MAPA

morya

# A parceria do Sicredi com o agronegócio sempre gera resultados.

Sicredi - a 3ª maior instituição financeira em crédito rural do Brasil.

Pela quarta vez consecutiva, o Sicredi é a 3ª instituição financeira com maior volume de recursos concedidos em crédito rural, R$ 11,77 bilhões, segundo o ranking especial Melhores e Maiores 2015, da revista EXAME. Uma quantia que vem aumentando a cada ano e que mostra, além da força do Sicredi, o compromisso com o agronegócio e o orgulho de cooperar com o desenvolvimento do país.




GENTE QUE COOPERA CRESCE.

SICREDI

SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.

PISCICULTURA

# PROJETO MODELO NO ESTADO DO ACRE

VIRGILIO GIBBON
Doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas (FGV)

MUITO SE tem discutido sobre a necessidade de se preservar a Floresta Amazônica, e, quase sempre, no debate, são explicitados os "custos" associados à sua preservação em termos das restrições que a sua manutenção impõe ao desenvolvimento econômico e social da região.

O projeto de piscicultura desenvolvido pela Fundação Getulio Vargas para o governo do estado do Acre e que resultou na implantação da Peixes da Amazônia S.A. traz uma nova dimensão para o debate e mostra como é possível conciliar o aumento da oferta de proteína animal com a redução da pressão sobre a floresta nativa, propiciando, ao mesmo tempo, a inclusão social, o estímulo ao empresariado local e a atração de recursos para investimentos na região.

Para tanto, o modelo de negócio desenvolvido buscou implantar uma solução integrada para a piscicultura no Acre, por meio da criação de um centro de alta tecnologia para a produção de alevinos, onde se procurou dar prioridade à reprodução de espécies nativas de alto valor comercial, como o pirarucu, o surubim e o tambaqui. Paralelamente, dentro do mesmo complexo, foram implantados a mais moderna fábrica de rações da América Latina e um moderno frigorífico para o processamento e a comercialização dos peixes produzidos pelos piscicultores do estado.

O Centro de Produção de Alevinos tem capacidade de produção de 9,8 milhões de alevinos por ano. A fábrica de ração pode produzir 24,6 mil toneladas por ano, e o frigorífico tem capacidade de processar mais de 20.000 toneladas de peixes por ano, que é a produção esperada de peixe gordo a partir da capacidade de produção de alevinos.

Pelo projeto, quando a empresa atingir a sua plena capacidade de produção, a sua receita prevista, líquida de impostos, será da ordem de R$ 255,9 milhões, gerando um EBITDA (sigla em inglês para 'lucros antes de juros, impostos, de-



preciação e amortização') de R$ 43,7 milhões, ou seja, uma margem de 19% sobre o seu faturamento líquido.

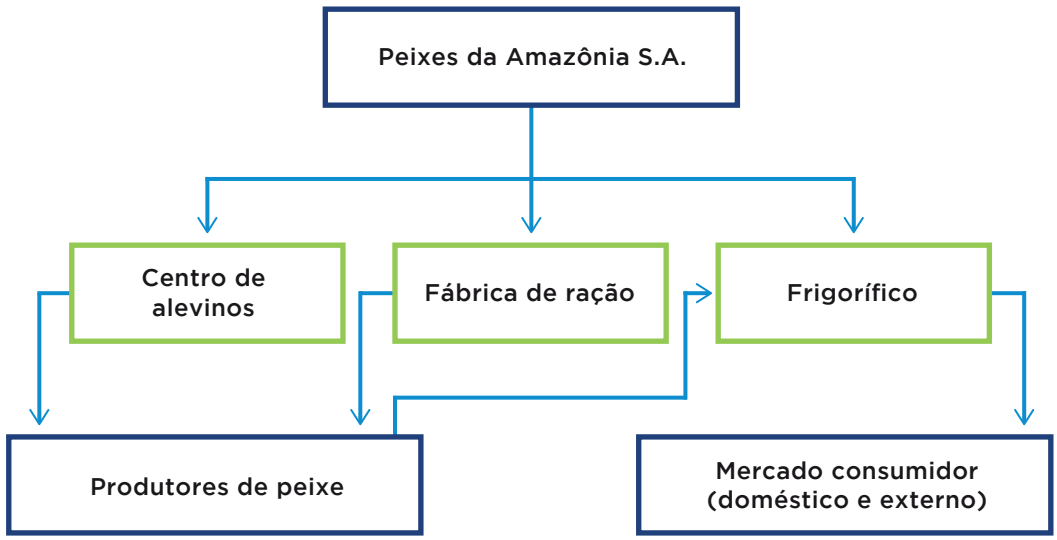
A empresa Peixes da Amazônia S.A. foi constituída sob a forma de uma sociedade anônima, em que o governo do estado do Acre, por meio da Agência de Negócios do Estado do Acre S.A. (ANAC), realizou os investimentos iniciais e assumiu o papel de promotor do empreendimento. Porém, a inovação deste modelo de negócio é que, pela primeira vez, a empresa integradora foi constituída com a finalidade de atrair os produtores regionais de peixe a participarem como acionistas da empresa. Assim, após a concepção e a realização do *business plan* do projeto, os piscicultores do estado foram convidados a subscreverem o capital da empresa e foi constituída uma cooperativa, que, congregando os pequenos piscicultores, passou, também, a integrar o quadro de acionistas da empresa e a ter assento em seu Conselho de Administração.

Após a implantação, a ANAC transferiu para a cooperativa dos pequenos piscicultores a sua participação acionária, e foi, também, aberta a possibilidade de atração de sócios capitalistas externos, o que acabou resultando na participação societária de um fundo privado de *private equity*.

Com esta estrutura societária, foi possível fornecer alevinos e ração de alto desempenho para os piscicultores do estado, bem como absorver e comercializar a produção de pescado, distribuindo os lucros do empreendimento por toda a cadeia produtiva, evitando, desta forma, a concentração dos lucros na empresa integradora, como é usual em outras cadeias.



CADEIA PRODUTIVA DA PISCICULTURA DO ESTADO DO ACRE




Com a implantação do projeto, os piscicultores do estado passaram a receber alevinos e ração a custos mais baixos, eliminaram a dependência da ração importada de outros estados e tiveram, ainda, a sua produção adquirida, beneficiada e comercializada pelo frigorífico, o que tornou possível oferecer seus produtos a outros mercados, resolvendo um dos principais problemas deste tipo de produto, que é altamente perecível.

Os benefícios do projeto, entretanto, não se limitam às facilidades e à rentabilidade que propiciam a seus acionistas. Com a implantação da piscicultura em larga escala no estado – foi prevista a construção de 3.600 hectares de lâmina d'agua de tanques para engorda de peixes –, os pecuaristas passaram a ter uma alternativa de alta produtividade para a produção de proteína animal, reduzindo a pressão que a pecuária de porte exercia sobre as florestas nativas.

Além dos empregos diretos, a implantação do projeto gerou externalidades positivas em diversas outras cadeias produtivas, aumentando a demanda por diversos insumos que são utilizados como matéria-prima na produção da ração, como o milho, por exemplo, bem como beneficiou diretamente cerca de 2.000 famílias de agricultores de baixa renda, para as quais o governo implantou tanques de piscicultura em suas terras e que terão a demanda por seus produtos assegurada pelas compras do frigorífico. Estima-se, com isso, um aumento substancial da renda familiar, tirando-as da agricultura de subsistência, que, hoje, constitui o principal foco de desmatamento do estado.

Esse empreendimento serviu para desmistificar a crença de que o combate ao desmatamento é uma atividade geradora de "custos" sociais e redução das taxas de crescimento econômico, pois, na verdade, o que se observou, com o modelo adotado, foi a possibilidade de se conciliar a proteção das florestas com a realização de investimentos produtivos de alta rentabilidade, a geração de externalidades positivas em diversas cadeias produtivas, o aumento dos níveis de emprego e, sobretudo, a possibilidade de se implantar um modelo de participação societária inclusivo, capaz de atrair o capital de investidores externos, mas que assegura a participação dos grandes e pequenos produtores locais nos lucros gerados pelo empreendimento. ■

BOVINOCULTURA DE CORTE

# MENOS OFERTA E MENOR CONSUMO

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA* RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*
GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR*
*Zootecnistas da Scot Consultoria

OS PREÇOS da arroba do boi gordo estiveram em ascensão nas duas últimas entressafras (maio a outubro): em 2013, saíram de uma base de R$ 100,00 para R$ 110,00; em 2014, houve um incremento expressivo de R$ 115,00 para R$ 144,00. Como está o comportamento neste ano?

Com os problemas enfrentados pela economia brasileira, o consumo de carne em 2015 está menor. Ao analisar o comportamento dos preços, nota-se que, até abril, as cotações da arroba seguiam com certa força em direção a R$ 150,00. Depois, caíram para perto de R$ 143,00, em agosto – valores até 15% superiores aos do mesmo período de 2014. O cenário é bom para o confinamento, que, na simulação realizada, apresentou lucro de R$ 259,47/@, o que representa uma rentabilidade de 3,45% ao mês.

Para entender o comportamento do mercado, precisamos olhar os ambientes externo e interno:

• Externo: a desvalorização do real frente ao dólar trouxe uma vantagem para as exportações brasileiras. Mas, muitos dos países importadores também perderam poder de compra. Teremos de recompor os embarques em mais de 10% para atingirmos a mesma quantidade do ano passado. Será um desafio difícil.

• Interno: as projeções econômicas para o mercado interno pioraram do começo do ano até agora. O desemprego bate recorde. Apesar disso, os frigoríficos mantiveram as margens de comercialização semelhantes às de 2014. Uma das explicações está na menor disponibilidade de animais para abate.

Por falta de animal para abate, muitos frigoríficos reduziram a capacidade estática de abate com a paralisação operacional das suas plantas. Segundo o último dado divulgado pelo Ministério do Trabalho, entre agosto de 2014 e agosto de 2015, o saldo de empregos do setor foi negativo em mais de 12 mil vagas. Isso significa mais um débito na

**COMPORTAMENTO MÉDIO DA MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO DOS FRIGORÍFICOS**

| TRIMESTRE | 2014 | 2015 |
|---|---|---|
| 1º | 20,9% | 15,8% |
| 2º | 21,8% | 17,4% |
| 3º | 23,1% | 23,2%* |
| 4º | 16,8% | – |

* Até 9 de setembro
Fonte: Scot Consultoria

**ESTADO DE SÃO PAULO: ESTIMATIVA DE RESULTADO DO CONFINAMENTO, EM SETEMBRO/OUTUBRO DE 2015**

| | |
|---|---|
| Peso do boi magro | 360 kg |
| Preço do boi magro | R$ 1.900,00 |
| Custo da diária | R$ 6,75 |
| Ganho diário | 1,5 kg |
| Tratamento em cocho | Noventa dias |
| **Custo total** | **R$ 2.507,50** |
| Peso de saída | 495 kg |
| Rendimento | 55% |
| Peso de carcaça | 272,25 kg (18,15 @) |
| Preço na BM&FBOVESPA* | R$ 152,45/@ |
| **Receita** | **R$ 2.766,97** |
| **Lucro** | **R$ 259,47/@** |
| Retorno em noventa dias | 10,35% |
| Retorno mensal | 3,45% |

* Preço à vista do dia 5 de outubro de 2015 para o contrato de dezembro de 2015
Fonte: Scot Consultoria

# Agroceres Multimix é Muito Mais que Nutrição

COM 70 ANOS AO LADO DO PRODUTOR RURAL, A AGROCERES SABE QUE RESULTADO DIFERENCIADO NO CAMPO NÃO É CONSEQUÊNCIA DE UM ÚNICO FATOR.

CONHECIMENTO EM GESTÃO E MANEJO, COMPREENSÃO DO POTENCIAL GENÉTICO, MÃO DE OBRA, SAÚDE ANIMAL E INFRAESTRUTURA.

**MUITO MAIS QUE NUTRIÇÃO**
OFERECEMOS UM PACOTE COMPLETO DE SOLUÇÕES PARA O SEU NEGÓCIO



agroceres 70 anos
VOCÊ VÊ, VOCÊ CONFIA!

agroceres Multimix
MUITO MAIS QUE NUTRIÇÃO

muitomaisquenutricao.com.br

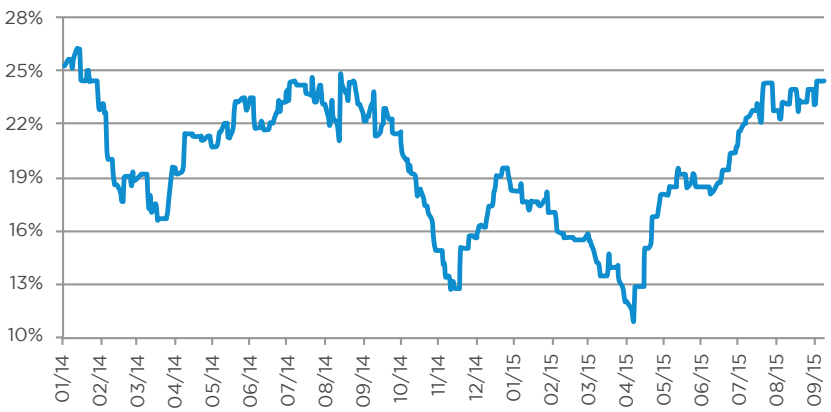
conta das indústrias. Entre o início do primeiro trimestre e o final do quarto trimestre de 2014, as margens dos frigoríficos caíram de 26,3% (maior valor) para 12,7% (menor valor registrado).

## RESULTADO ECONÔMICO DO CONFINAMENTO

A partir de setembro, a situação melhorou para o confinamento. Os contratos para novembro e dezembro negociados na bolsa ultrapassaram os R$ 152,00/@, e se tornou interessante a utilização desta opção de venda. Além disso, com o mercado de reposição de boi magro perdendo força e indicando queda, o retorno do confinamento, dependendo do custo de diária, voltou a trabalhar próximo de 4,0% ao mês. A simulação realizada indica uma rentabilidade média de 10,35% no período de três meses.

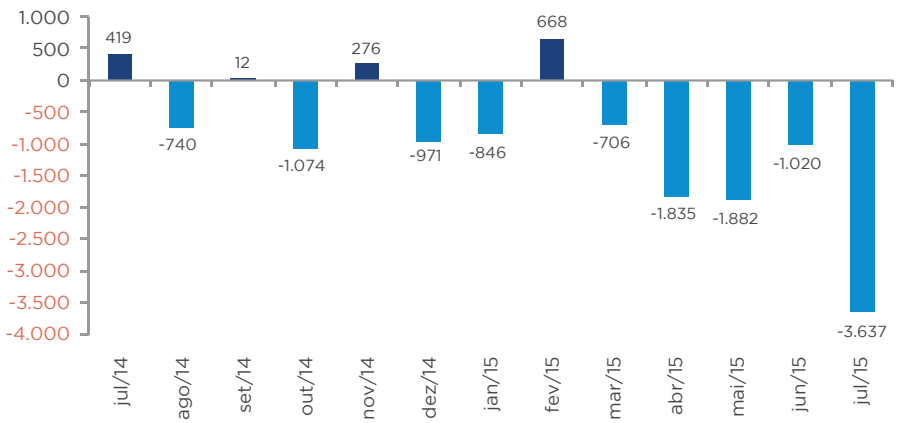
Embora o cenário recente tenha ficado animador para o confinamento, não acreditamos em aumento de boiadas confinadas. São essas as janelas de oportunidade para o pecuarista. Portanto, teremos menos animais confinados do que o esperado no início do ano. Este é um fator em favor da redução da oferta de boiadas terminadas, diante de um consumo que também deverá diminuir. Realize lucro e fique atento às oportunidades que têm surgido. ■

EVOLUÇÃO DE MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FRIGORÍFICA (%)




Fonte: Scot Consultoria

SALDO DE EMPREGOS DA INDÚSTRIA FRIGORÍFICA DE BOVINOS




Elaboração: Scot Consultoria
Fonte: CAGED

# GUIA DE PRÁTICAS PARA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL




- Voltado ao produtor rural
- Material com foco no "como fazer"
- Tecnologias classificadas de acordo com nível de complexidade, custo de implementação e incremento em curto, médio e longo prazo

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD
**WWW.PECUARIASUSTENTAVEL.ORG.BR**

GTPS
Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável

Solidaridad

AGRICULTURA BRASILEIRA

# CONTRIBUIÇÃO PARA A PAZ MUNDIAL

PEDRO ABEL VIEIRA[1] ANTÔNIO MARCIO BUAINAIN[2]
DANIELLE TORRES[3] ELISIO CONTINI[4]

DURANTE A última Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), realizada em 25 de setembro passado, os 193 Estados-membros adotaram formalmente a Agenda 2030. O documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", composto por dezessete objetivos e 169 metas, mereceu comentário de:

- Ban Ki-moon, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que definiu-o como uma "promessa dos líderes para a sociedade mundial e (...) uma agenda para acabar com a pobreza em todas as suas formas";

- O Papa Francisco, máximo pontífice da Igreja Católica, que expressou que "qualquer dano ao meio ambiente é um dano à humanidade, pois gera a exclusão de parcelas significativas da sociedade. Cabe aos governos garantir o mínimo para que as famílias vivam dignamente, em termos alimentares e habitacionais. O direito à existência da própria natureza humana, orientada pela fraternidade e pela paz, está associado à preservação do meio ambiente, sem o qual a vida no Planeta perecerá".

- Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, declarou estar "comprometendo o país com os novos objetivos para a redução das desigualdades, além de alertar para a necessidade de ajudar os países em desenvolvimento a lidarem com as mudanças climáticas, uma vez que serão as pessoas pobres quem irão suportar o fardo mais pesado de tais mudanças e da escassez de água e comida".

## A 'NOVA' AGRICULTURA BRASILEIRA

A agricultura brasileira não evoluiu apenas na produção quantitativa ou na geração de riqueza. As mudanças institucionais e nas técnicas de produção indicam que a agricultura do País está apta a concorrer no novo padrão de competição conformado pela revolução socioambiental que se vislumbra para as próximas décadas.

A institucionalidade da questão ambiental no Brasil passa pela redução consistente nas taxas de desmatamento e pelo aumento de programas com ênfase na sustentabilidade, a exemplo do Programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que inclui técnicas como o plantio direto e o uso de microrganismos (inoculante e controle biológico de pragas e doenças) em substituição a produtos químicos, além dos zoneamentos agroecológicos.

São, ainda, exemplos desta institucionalidade: a rotulagem de alimentos, a Política Nacional de Biossegurança, a produção integrada e o novo Código Florestal, dentre outros.

Os discursos do Papa e de Obama deixam clara a relação entre paz e fraternidade com a redução das desigualdades, notadamente a fome, que depende da produção agrícola, cada vez mais imbricada com o uso sustentável dos recursos naturais. Por um lado, a agropecuária precisa e modifica a natureza; por outro, as agressões e a degradação dos recursos naturais comprometem a capacidade de gerar alimentos, em particular nos países mais pobres e carentes de recursos.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) estima que, para alimentar os 9,7 bilhões de habitantes na Terra em 2050, será necessário aumentar a produção agrícola em mais de 70% de maneira sustentável; além disso, a distribuição espacial da produção e do consumo de alimentos será extremamente desigual, gerando tensões políticas e sociais. Na próxima década, enquanto a maior demanda estará na Ásia, que responderá por mais de 60% da classe média global, a fonte estratégica de alimentos localizar-se-á na América do Sul, com destaque para o Brasil, cuja produção deverá crescer 40% para atender a demanda estimada.

A condição para o Brasil contribuir com a paz e a fraternidade está dada. O setor tem respondido adequadamente, modernizando a produção, superando os gargalos de infraestrutura e inovando. Mas, é preciso avançar ainda mais, pois, passado o *boom* das *commodities*, os atores globais já se movimentam (Parceria Transpacífica) para proteger seus mercados, e, seguramente, meio ambiente e saúde serão vetores dessa competição. É preciso avançar no nexo entre a produção de alimentos com saúde e meio ambiente, além estabelecer um diálogo profícuo com os vizinhos sul-americanos e os principais consumidores, a classe média asiática, para que o Brasil contribua com a paz e a fraternidade mundiais. ■

## COMPROMETIMENTOS DO BRASIL

Os discursos do Papa Francisco e de Barack Obama, associados às previsões da FAO, deixam claro o nexo entre a agricultura brasileira e a paz global. Nesse sentido, além de aumentar a produção de alimentos, o governo brasileiro comprometeu-se, durante a Assembleia da ONU, a:

- Reduzir a emissão de gases poluentes em 37%, até 2020, e 43%, até 2025, em relação a 2005;
- Ter a participação de 45% de energias renováveis, incluindo a biomassa, na matriz energética do País;
- Terminar com o desmatamento ilegal no seu território;
- Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares;
- Recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas;
- Integrar 5 milhões de hectares de lavoura-pecuária-floresta.

1 Pesquisador da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (SIM/Embrapa) – pedroabelvieira@gmail.com.br

2 Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – buainain@gmail.com

3 Pesquisadora da SIM/Embrapa – danielle.torres@embrapa.br

4 Chefe da SIM/Embrapa – elisio.contini@embrapa.br

ENERGIA DA CANA

# UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PLINIO M. NASTARI
Presidente da DATAGRO

UM PROGRAMA de energia renovável em larga escala como existe no Brasil há quarenta anos só se mantém estável com políticas públicas previsíveis. Desde 1975, a produção do setor sucroenergético evoluiu de 7,1 milhões de toneladas de açúcares totais recuperáveis (ATR) para 88,7 milhões em 2015. Neste período, o Brasil passou a representar 35,3% da produção de cana do mundo, 58,7% dela convertida em etanol e 41,3% em açúcar. Com apenas 27,4% da cana convertidos em açúcar de exportação, o Brasil representa quase 50% das exportações mundiais e, por isso, é considerado o maior fundamento deste mercado. Em etanol, o Brasil responde por 19% das exportações.

Embora seja impressionante a escala de produção e consumo, não se pode atribuí-la a políticas públicas coerentes, e sim ao esforço empreendedor e à expectativa de empresários e instituições de financiamento, públicas e privadas, de que esta atividade seria competitiva e rentável no médio e no longo prazos.

Na verdade, chama a atenção a fragilidade da condição com que se estabelece a competitividade do etanol. É surpreendente o fato de que, embora o setor tenha sido liberalizado quase totalmente a partir de 1999, não existe, até hoje, uma regra que impeça que o preço da gasolina seja fixado em desacordo com a sua referência no mercado internacional; ou que a dimensão do diferencial de tributos entre a gasolina e o etanol não corresponda ao valor aproximado das externalidades positivas associadas a este nas áreas ambiental, social e de promoção do desenvolvimento econômico descentralizado.


ISTOCKPHOTO

Sem a existência de uma regulação que defina com transparência como o etanol irá competir com a gasolina, cujo preço de referência nas refinarias tem sido fixado de forma imprevisível nos últimos cinco anos, a decisão de investimento em expansão da capacidade de moagem torna-se um exercício de alto risco. E, por esse mesmo motivo, compromete-se o valor dos ativos já existentes, que, neste momento, encontram valor abaixo do seu custo de reposição.

# *SABE O QUE ALGUMAS DAS MELHORES HISTÓRIAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO TÊM EM COMUM? A GIG AJUDOU A ESCREVÊ-LAS.*

A GIG não é uma agência de publicidade. Não é uma assessoria de imprensa. Não é uma consultoria de negócios. Não é um escritório de design. É uma reunião de todas essas inteligências. Há anos pesquisamos, estudamos e trabalhamos pelo setor que é o motor do desenvolvimento brasileiro – um dos líderes mundiais na produção de alimentos e na preservação do meio ambiente.

Com certeza, a GIG pode ajudar você a escrever uma história tão boa quanto as da Andef, Assocon, CitrusBR, Abiec, Única, BRF, Monsanto, AgroTools, Agroconsult e Grupo Roncador.

**wearegig.com**
**contato@wearegig.com**
**+55 11 2308.8854**



GIG
GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

**SP | RIO | LISBOA | BRUXELAS | LOS ANGELES | DUBAI**

Essas incertezas crescem quando vemos o preço do petróleo caindo para patamares abaixo de US$ 50 por barril e o preço da gasolina atingir US$ 1,3 a US$ 1,5 por galão no mercado internacional. No curto prazo, às incertezas sobre o mercado de etanol somam-se os estoques mundiais elevados de açúcar após cinco anos consecutivos de superávit no balanço oferta-demanda mundial. Entre os anos de 2010/11 e 2014/15, o superávit acumulado é estimado, pela DATAGRO, em 31,79 milhões de toneladas de açúcar cru equivalente.

Para a safra 2014/15 (outubro a setembro), a previsão é de um superávit de 3,64 milhões de toneladas de açúcar. A relação estoque/consumo esperada no final de setembro deste ano é de 48,3% e, no final de setembro do ano que vem, de 45,9%, percentagens ainda distantes de uma referência de 41%, que, segundo a nossa avaliação, traria maior confiança ao mercado de açúcar. Para a safra 2015/16, iniciada em outubro, a previsão é de um déficit de 2,57 milhões de toneladas. Portanto, considerando um consumo mundial em torno de 180 milhões de toneladas, seria necessário um déficit adicional equivalente a cerca de 5% a partir de outubro de 2016 para trazer a relação estoque/consumo ao nível desejado de 41%, ou cerca de 9 milhões de toneladas.

Isso não significa que a atividade tenha perdido a sua relevância para o setor de energia ou para os fundamentos da economia brasileira. O setor tem sido uma das mais sólidas âncoras da balança comercial, com exportações de açúcar e etanol em 2014 que ultrapassaram US$ 10,1 bilhões, ao que se somam outros US$ 14,7 bilhões representados pela importação de gasolina evitada. O preço de oportunidade da gasolina importada é até superior a este valor, pois a elevada octanagem do etanol utilizado em mistura no Brasil tem permitido a importação de gasolinas de baixa qualidade, com menor octanagem e menor valor de mercado, exatamente por conta do uso de etanol em larga escala.

O Brasil tem na energia de biomassa, e em especial na cana-de-açúcar, uma oportunidade única de se consolidar como exemplo numa atividade que o mundo civilizado hoje valoriza e busca atingir como alvo de longo prazo – uma oportunidade para criar as condições para que os investimentos já realizados voltem a se viabilizar e sejam capazes de saldar o estoque da dívida acumulada por quase uma década de distorções e medidas equivocadas.

A falta de uma política pública que preserve e permita a expansão em condições econômicas da produção e do consumo de etanol no futuro faz com que estejamos caminhando na direção contrária ao que o mundo desenvolvido concluiu ser uma necessidade e uma meta global. ■

## SETOR SUCROALCOOLEIRO ENDIVIDADO

Ainda permanece sem solução o elevado endividamento do setor acumulado nos últimos anos. Entre 2010 e meados de 2014, a política de preços da gasolina e do diesel aplicada pela Petrobras a mando do governo federal não somente ceifou cerca de R$ 60 bilhões do caixa da empresa, mas trouxe também a maior transferência de renda já vista da cadeia de produção de cana-de-açúcar para o mercado. Durante este período, a defasagem de preço da gasolina foi, em média, de 16%, com pico de 27%, segundo levantamento realizado pela DATAGRO. Esta transferência forçada de renda gerou prejuízo, elevação do endividamento a nível absolutamente comprometedor em uma parte importante do setor, perda do valor dos ativos e forte desestímulo a novos investimentos em capacidade adicional de moagem, que, no futuro, custarão ainda mais ao País na forma de dispêndios evitáveis com a importação de gasolina. Isso tudo ocorre enquanto poderia estar sendo gerado combustível de fonte limpa e renovável e sendo criados emprego e renda localmente.



MARCO FLÁVIO/GTPS

# PECUÁRIA BRASILEIRA: MERCADO AJUSTADO

## PECUÁRIA NO BRASIL: TRÊS PONTOS CONJUNTURAIS

### Oferta não mostra expansão

A crise econômica brasileira reduziu o consumo interno de carne bovina. Com preços mais baratos, as carnes de aves e suínos ganharam mais participação de mercado. Quanto à expectativa de uma maior disponibilidade de carne bovina para este ano, pode ser que isso não esteja acontecendo. No primeiro trimestre, os pecuaristas intensificaram o abate de matrizes não embrenhadas na estação de monta, para cumprir os contratos de vendas com os frigoríficos; neste ano, a quantidade de abate foi menor, mas a participação percentual das fêmeas aumentou.

**BRASIL: ABATE DE BOVINOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE**
EM MILHÕES DE CABEÇAS

| ANO | Abate | % fêmeas | % machos |
|---|---|---|---|
| 2007 | 7.957 | 63,1 | 37,9 |
| 2008 | 7.249 | 54,4 | 45,6 |
| 2009 | 6.489 | 58,3 | 41,7 |
| 2010 | 7.083 | 61,0 | 39,0 |
| 2011 | 7.103 | 56,6 | 43,4 |
| 2012 | 7.218 | 54,5 | 45,5 |
| 2013 | 8.187 | 53,1 | 46,9 |
| 2014 | 8.367 | 53,1 | 46,9 |
| 2015 | 7.732 | 56,1 | 43,9 |

Fonte: IBGE

## Ciclo de alta mais duradouro

O quadro atual combina a continuidade no elevado abate de fêmeas com a pequena variação no estoque de rebanho. A quantidade de animais abatidos não cresce. Por sua vez, há uma dificuldade por parte dos pecuaristas para fazerem a reposição dos animais. Nessa condição, o cenário de aumento na oferta de animais para abate não acontece. Com isso, aumenta a probabilidade de a reversão do ciclo de alta nos preços retardar para depois de 2017. Essa situação persistirá se o mercado interno aumentar as compras e as exportações ampliarem-se. Assim, as pressões de alta nos preços registradas no primeiro semestre devem se repetir. Outra questão que afeta a produção pecuária é a expansão da fronteira agrícola, com redução das áreas de pastagens.

**BRASIL: REBANHO E ABATE DE BOVINOS**
EM MILHÕES DE CABEÇAS

| ANO | Abate | Rebanho |
|---|---|---|
| 2000 | 17,1 | 169,6 |
| 2001 | 18,4 | 176,4 |
| 2002 | 19,9 | 185,3 |
| 2003 | 21,6 | 195,6 |
| 2004 | 25,9 | 204,5 |
| 2005 | 28,0 | 207,2 |
| 2006 | 30,2 | 205,9 |
| 2007 | 30,5 | 199,7 |
| 2008 | 28,7 | 202,3 |
| 2009 | 27,9 | 205,3 |
| 2010 | 29,3 | 209,5 |
| 2011 | 28,9 | 212,8 |
| 2012 | 31,2 | 211,3 |
| 2013 | 34,4 | 211,7 |
| 2014 | 33,9 | 212,3 |

Fonte: IBGE

## Pequeno recuo nas exportações

As exportações do segundo semestre devem compensar parte da queda ocorrida no primeiro semestre. Mesmo assim, as projeções apontam uma redução nas exportações deste ano de 10% a 15%, quando comparado a 2014. As importações da Rússia e da Venezuela foram afetadas pelas desvalorizações do câmbio e do petróleo. Já Hong Kong reduziu as compras com a decisão do governo chinês de combater de modo mais rígido a entrada ilegal de produtos na China continental por meio deste mercado. Egito e Estados Unidos compraram mais carne, enquanto se aguarda uma recuperação pelo fim dos embargos da China, do Iraque e da África do Sul, além da abertura do mercado norte-americano.

**BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA**
EM US$ BILHÕES

| ANO | *In natura* | Industrial | Outras | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2000 | 503 | 252 | 58 | 814 |
| 2001 | 739 | 252 | 58 | 1.049 |
| 2002 | 776 | 299 | 69 | 1.144 |
| 2003 | 2.255 | 338 | 97 | 1.590 |
| 2004 | 2.963 | 447 | 115 | 2.525 |
| 2005 | 2.429 | 525 | 116 | 3.060 |
| 2006 | 3.135 | 654 | 135 | 3.923 |
| 2007 | 3.486 | 694 | 245 | 4.425 |
| 2008 | 4.088 | 853 | 406 | 5.325 |
| 2009 | 3.022 | 649 | 465 | 4.118 |
| 2010 | 3.859 | 521 | 434 | 4.814 |
| 2011 | 4.167 | 643 | 566 | 5.376 |
| 2012 | 4.567 | 662 | 613 | 5.842 |
| 2013 | 5.355 | 661 | 613 | 6.658 |
| 2014 | 5.843 | 646 | 735 | 7.224 |

Fonte: SECEX/MDIC

# *Climate smart livestock*, GTPS e o trabalho em busca de uma pecuária eficiente


MARCO FLÁVIO/GTPS

Fernando Sampaio

*Presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)*

A expressão '*climate smart livestock*' surgiu em uma conferência sobre clima e agricultura realizada na Holanda, em 2010. Referia-se a uma agricultura que, ao mesmo tempo que incrementa sua produtividade, torna-se mais resistente a mudanças climáticas e colabora para a mitigação de emissões.

Às vésperas da Conferência do Clima de Paris, convém retomarmos esse conceito, mas com foco na pecuária. Graças, principalmente, à queda nos índices de desmatamento, o Brasil tem conseguido reduzir suas emissões de GEE. No entanto, ao se reduzirem as emissões de outros setores, a pecuária ganha relativamente maior importância no inventário total de emissões do País.

É imprescindível que possamos encarar a pecuária não como um problema em relação às emissões, mas sim como um vasto leque de oportunidades para a mitigação destas emissões.

O Brasil vem aumentando sua produtividade e participando cada vez mais do mercado global de proteína, contribuindo, assim, para o nosso desenvolvimento econômico e, também, para a nutrição de populações, principalmente de países em desenvolvimento. Nos últimos dezoito anos, o Brasil aumentou suas exportações em 719%, reduzindo a área ocupada pela pecuária em 3,6%.

Ao mesmo tempo, ao melhorar a eficiência, reduzimos as emissões de metano por quilo de carne produzida e a pressão pela ocupação de novas áreas. Ao recuperarmos pastagens em áreas degradadas, aumentamos o sequestro de carbono e, ao contribuirmos para a implantação do Código Florestal, protegemos as fontes de água e a biodiversidade.

O Brasil pratica *climate smart livestock*.

As iniciativas do Pecuária Sustentável na Prática, programa implantado pelo Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), em parceria com a Fundación Solidaridad, vêm reforçando, cada vez mais, que é possível desenvolver uma atividade sustentável, baseada nas boas práticas agropecuárias.

Como parte do programa, o GTPS lançou, em setembro, o "Guia de Práticas para Pecuária Sustentável", destinado a orientar produtores e extensionistas na aplicação de uma ampla gama de tecnologias disponíveis no Brasil, com uma classificação destas tecnologias de acordo com seu nível de complexidade e seu custo de implementação e incremento em curto, médio e longo prazos.

Buscando encorajar ainda mais essa eficiência produtiva, o GTPS está desenvolvendo, também, o "Guia de Indicadores da Pecuária Sustentável" (GIPS). O material, que, atualmente, está em fase de consulta pública, é fruto do consenso entre os atores da cadeia e contempla uma abordagem gradual com diferentes estágios de desempenho. Vale dizer que não é objetivo do GTPS estabelecer uma certificação ou qualquer nível de parecer, mas sim criar instrumentos para auxiliar a sustentabilidade em todos os elos.

O GIPS servirá, em um futuro próximo, como base de um programa de capacitação de produtores rurais, para que estes saibam não só em quais indicadores devem melhorar, mas, principalmente, como podem melhorar. Os dois guias vão convergir.

Há, evidentemente, um longo caminho pela frente para que a adequação legal e o acesso a tecnologia e crédito possam atingir a grande massa de produtores rurais no País. Entretanto, os nossos projetos demonstram que a transformação da produção é possível e plenamente sustentável.

# Programa Novo Campo: pecuária sustentável na Amazônia


MARCO FLÁVIO/GTPS

Francisco Beduschi Neto

*Vice-presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e gestor de Projetos do Instituto Centro de Vida (ICV)*

O Programa Novo Campo promove práticas sustentáveis em fazendas de pecuária na Amazônia, melhorando o seu desempenho econômico, social e ambiental. O objetivo é contribuir para a redução do desmatamento, conservar ou recuperar os recursos naturais e fortalecer a economia local.

Trata-se de um programa de adesão voluntária do qual fazem parte pecuaristas, frigoríficos, empresas de varejo, instituições financeiras, profissionais de assistência técnica e organizações não governamentais. Para participar, existem critérios e compromissos a serem cumpridos para garantir a sustentabilidade de toda a cadeia pecuária.

O Novo Campo tem seis componentes, que tratam: da mobilização dos pecuaristas; da formação de profissionais de assistência técnica; da bonificação do produto pelos compradores; do financiamento para os investimentos; do monitoramento e da rastreabilidade da cadeia; e da integração com políticas de desenvolvimento territorial sustentável.

Os principais resultados alcançados são: aumento da taxa de lotação de 0,76 para 3,30 unidades animais/hectare (UA/ha); aumento da produtividade de 3,30 para 10,76 @/ha/ano; e redução na emissão de gases do efeito estufa de 353 g para 180 g de $CH_4$/kg de peso vivo.

Para vencer todos os desafios, foram agregados parceiros estratégicos, ficando cada um com um papel complementar na execução do Programa, cabendo ao ICV a coordenação.

Mais informações: http://www.icv.org.br/site/programa-novo-campo-2/

# Consumo responsável e a pecuária brasileira: estrada de mão dupla



Natália B. Tendeiro

*Coordenadora de Sustentabilidade do Walmart*

O consumidor possui um papel fundamental e indiscutível nos direcionamentos das atividades de qualquer empresa, seja de produção de alimentos, bens duráveis ou prestação de serviços. Afinal, se ninguém comprar, não existirão motivos para se produzir.

Uma pesquisa do Instituto Akatu, realizada em 2010, sobre a percepção do consumidor brasileiro em relação à sustentabilidade e ao consumo consciente destacou que 60% dos consumidores acreditam que as empresas devem estabelecer ações além da legislação para trazerem benefícios à sociedade. Outro dado é que 62% acreditam que é importante que o consumidor pressione as empresas para que evitem danos ao meio ambiente.

É possível perceber que existe uma via de mão dupla em relação à responsabilidade de "cuidar" do meio ambiente e da sociedade. Por um lado, as empresas devem conhecer os riscos socioambientais associados às suas atividades e agir de forma a reduzir seus impactos negativos na sociedade, considerando que o cumprimento da legislação é algo indiscutível, e não um diferencial. Na outra ponta, os consumidores já estão cada vez mais utilizando suas compras como a principal ferramenta de incentivo às empresas que trabalham em prol da sustentabilidade, deixando o recado

para aquelas que ainda resistem em continuar produzindo de forma *business as usual*.

Para produtos bovinos, o comportamento do consumidor brasileiro tende a seguir a mesma lógica, especialmente após a maciça divulgação do envolvimento da carne bovina com o desmatamento da Floresta Amazônica e dos demais impactos socioambientais associados à produção de carne.

Muitas empresas do setor já se movimentaram e, além de transformarem seus processos produtivos, tornando-os mais eficientes e sustentáveis, provocaram mudanças positivas em toda a cadeia. Entretanto, estas empresas – incluindo aqui os pecuaristas – precisam ainda melhorar a comunicação de seus diferenciais socioambientais reais, de forma clara e objetiva, pois somente assim será possível transformar os 62% de interesse do consumidor sobre o tema em um ato de compra, concretizando uma grande vantagem em relação à concorrência e acelerando as mudanças de toda a cadeia produtiva em direção a uma pecuária mais sustentável.

## Boas Práticas Agropecuárias



Alcides de Moura Torres Junior

*Diretor fundador da Scot Consultoria e presidente da Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável (APPS)*

Certa vez, conversando com o professor Moacyr Corsi, ele me disse que, embora estivesse há décadas viajando pelo Brasil, pregando o manejo correto de pastagens, pouca coisa havia mudado nos hábitos e nos costumes da pecuária brasileira.

Esta constatação interessante – e, ao mesmo tempo, desestimulante – resultava do fato de não haver necessidade de mudanças do ponto de vista do fazendeiro, por uma série de razões sobre a qual não cabe aqui discorrer.

Mas, o cenário mudou. Mudou institucionalmente e mudou em função do mercado.

Se, antes, o fazendeiro, por exemplo, optava por migrar para regiões de terras mais baratas e desbravar para produzir, hoje, esta ação estratégica foi proibida por decreto, pois o Código Florestal praticamente proibiu a abertura de fronteiras agrícolas no Brasil. Trata-se da única nação do mundo a adotar esta medida draconiana.

Se está certo ou errado, as gerações futuras que julgarão. Em função desse represamento, dessa contenção legal, resta aos fazendeiros brasileiros o aumento da produtividade – o aumento da produção cultivando a mesma área.

Por outro lado, os custos sobem sempre e a cotação do produto final cai por unidade produzida. A solução é, também, o aumento da produtividade por área. Acreditando que estes dois motivadores sejam suficientes para provocar uma mudança de hábitos, resta o desafio de produzir racionalmente, sem desperdício de recursos.

Nesse sentido, um conjunto de organizações tem divulgado e fomentado os métodos de produção cuja denominação é Boas Práticas Agropecuárias, e de adoção voluntária. Dentre estas organizações, que são muitas, tem-se a Embrapa Gado de Corte e o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS).

Recentemente, o GTPS lançou o "Guia de Práticas para Pecuária Sustentável", cuja finalidade é orientar o fazendeiro para que explore a atividade, hoje e sempre, atendendo os requisitos legais e de mercado, perenizando a fazenda. Tal publicação foi escrita por técnicos, formados em Ciências Agrárias, que compõem o quadro de associados da Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável (APPS), a pedido do GTPS.

# Avanços da pecuária de corte



Maurício Palma Nogueira

*Coordenador de Pecuária da AGROCONSULT*

No Brasil, o nível tecnológico da pecuária ainda está aquém do adotado na produção agrícola. No entanto, engana-se quem acredita que não tenham ocorrido avanços na pecuária de corte. A produtividade na pecuária dobrou no prazo de vinte anos: saiu de 1,9 @/ha/ano para 3,8 @/ha/ano, enquanto a área total de pastagem foi reduzida em 20 milhões de hectares, mesmo com o rebanho aumentando 46 milhões de cabeças.

O ritmo de implementação tecnológica é lento, pelas próprias características da pecuária; mesmo assim, é intenso e tende a acelerar nos próximos anos. Há uma queda na relação de troca entre bezerros desmamados comprados e a venda de um boi gordo. Na média de 2015, esta relação ficou abaixo de 2 bezerros por boi gordo vendido.

Esta relação de troca mais apertada para o comprador força um ritmo de tecnificação maior. Quanto mais caro for um bezerro diante do preço de um boi gordo, mais rápido e mais pesado o produtor terá que terminar este animal. Além de acelerar o ganho no animal, o produtor será obrigado a aumentar a lotação, com o objetivo de ampliar a produtividade por área.

O peso de um boi gordo abatido, por exemplo, na média nacional do abate formal, já supera 18,0 @. Fechados os dados do IBGE, o primeiro semestre de 2015 registrou o maior peso médio por carcaça abatida de toda a série histórica: 18,1 @. Também para 2015, a AGROCONSULT estima que seja o primeiro ano em que a média entre machos e fêmeas supere as 16,0 @, ou 240 kg de carcaça.



Essa realidade valoriza e estimula ao setor de cria, responsável por produzir os bezerros e as bezerras desmamadas. Diferentemente do que acontece na recria e na engorda, ou mesmo nas fazendas de ciclo completo, na produção de bezerros, há um limite tecnológico para o aumento da lotação em animais por hectare. Na produção de um bezerro de 180 a 210 kg de peso vivo, há a necessidade de manter, no mínimo, uma vaca de cerca de 450 kg. Isso no mínimo, pelo fato de que a porcentagem de desmame será sempre inferior a 100%. Além de pouco mais de uma vaca por bezerros (machos e fêmeas) desmamados, há a necessidade de manter parte de um touro ou rufião.

A definição do limite tecnológico para a atividade de cria está na precificação do bezerro. Até um determinado limite, a rentabilidade aumenta à medida que se intensifica, tal qual ocorre na recria e na engorda e no ciclo completo. No entanto, a partir deste limite, a rentabilidade por hectare começa a se reduzir. Este ponto não é fixo: quanto mais alto for o preço do bezerro, maior será o limite de tecnologia que pode ser aplicado.

## A cadeia pecuária e a inovação



Roberto Risolia

*Líder de Sustentabilidade da Dow AgroSciences*

A pecuária representa uma grande oportunidade para o Brasil na área de Sustentabilidade, com potencial de mitigação de carbono e desmatamento, rentabilidade, produtividade e cadeia robusta.

Graças ao pacote tecnológico – que permitiu, entre outras conquistas, a melhoria das pastagens –, entre 2004 e 2014 houve um aumento médio de 50,3 kg para 62,8 kg de carcaça por hectare no Brasil (IBGE). Ainda que a área de pastagens tenha diminuído 10 milhões de hectares e o rebanho tenha se mantido estável, foi produzido um volume 13% maior de carne. O potencial é pelo menos dez vezes maior.

O jogo é o da informação rápida, da globalização, de mudanças nas demandas e queda nas margens por unidade produzida. E as cartas das gestões estratégica e financeira, aliadas ao conhecimento tecnológico, têm que ser colocadas na mesa para garantir o futuro da cadeia pecuária.

Cadeia pecuária? O pecuarista produz carne, e não mais boi. E ela tem que ser boa, com informações sobre o local e a forma de produção. O pecuarista cuida do meio ambiente, é justo com os animais e as pessoas e, ainda, concorre com outras carnes.

Do seu lado estão os fornecedores, a indústria e o Governo. O círculo fecha-se com o apoio de pesquisa e assistência, empresas financeiras, empresas do varejo, ONGs, associações e outros. O consumidor e a sociedade, assim, são beneficiados.

A pecuária é uma atividade milenar no mundo todo, e, no Brasil, existem registros desde 1534, há quase 500 anos. Nos últimos anos, a criação de gado vem avançando muito. Lembram como era nos anos 90?

Há pouco mais de dez anos, ouvia-se muito pouco ou nada sobre Cadastro Ambiental Rural, *drones*, IATF, gestão "na nuvem", clonagem, biotecnologia aplicada, Bolsa, baixo carbono, GTPS, APPs e pecuária de precisão. Muito disso não existia.

Hoje, temos muitas oportunidades, como o Plano ABC, com seus objetivos de recuperação de pastagens degradadas e a iLPF (integração Lavoura-Pecuária-Floresta), além de profissionais competentes e com conhecimento. Ao mesmo tempo, temos muito trabalho pela frente para colocar no campo toda essa inovação.

O que importa é que tudo isso já é realidade. A pecuária brasileira acelera para a produtividade, a sustentabilidade e a inovação.

# Relevância da sanidade animal



Emílio Carlos Salani

*Vice-presidente executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN)*

O Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, constitui o regulamento dos estabelecimentos que fabricam e comercializam produtos de uso veterinário, cuja inspeção é feita pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Este licenciamento reconhece as Boas Práticas de Fabricação (BPFs) como elemento de qualidade dos produtos farmacêuticos e biológicos (substâncias de propriedades profilática e curativa). Mais recentemente, foi aprovado o Decreto nº 8.448, de 6 de maio de 2015, com enfoque na área dos produtos veterinários genéricos.

Assim, as indústrias fabricantes de produtos veterinários de naturezas farmacêutica e biológica investem cada vez mais em equipamentos modernos e na capacitação de profissionais, para se alinharem às exigências do MAPA. As BPFs obedecem todo um critério de inspeção, com regulamento técnico específico. Quanto ao desenvolvimento de novos produtos, o processo inicia-se com a solicitação de autorização de produção de partidas-piloto, submetidas a análise pelos laboratórios. Há um controle pleno do processo.

Em sintonia com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o serviço veterinário brasileiro, responsável pela condução da política de saúde animal, compartilha com o setor privado as responsabilidades nos seguintes programas nacionais:

- Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA);
- Programa Nacional de Controle de Raiva dos Herbívoros (PNCRH);
- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT);
- Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC);
- Controle oficial das vacinas destinadas ao combate das doenças aviárias: de Newcastle, de Gumboro e bronquite.

A sanidade animal envolve questões relacionadas a enfermidades dos animais, saúde pública, controle dos riscos na cadeia alimentar, de modo a qualificar a oferta de alimentos seguros e promover a manutenção do bem-estar animal. Os rebanhos brasileiros de aves, bovinos e suínos representam um significativo patrimônio, distribuído por todo o território nacional. Elevando-se o *status* sanitário dos animais e se empregando medidas profiláticas e programas de melhoria da *performance*, elevaremos a competitividade do negócio de proteínas. ■

## COMPLEXO AGV

A operação logística dos Armazéns Gerais de Vinhedo (AGV), especializados em armazenar produtos para saúde animal, possui uma central de selagem e distribuição, com a supervisão do SINDAN e dos laboratórios. Sua função é prestar os serviços de selagem, armazenagem e entrega de vacinas. Todos os frascos de vacina produzidos no Brasil recebem a aposição de um selo holográfico e autodestrutivo à remoção aprovado pelo MAPA. É um trabalho de excelência que valoriza a pecuária nacional.

SINDAN
Rua do Rocio, 313 - 9º Andar - Vila Olímpia; 04552-000 - São Paulo – SP
Telefone: (11) 4130-8440 /3044-4749;
E-mail: sindan@sindan.org.br

## MERCADO DE CAPITAIS E O AGRONEGÓCIO

# UMA ALTERNATIVA PARA O CRESCIMENTO

COM O apoio da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e da Cetip, a Securitizadora Ecoagro promoveu, no final de setembro, o evento O Mercado de Capitais e o Agronegócio, que contou com a presença de investidores, analistas financeiros, corretores e profissionais ligados à indústria agropecuária.

Moacir Teixeira, sócio do grupo Ecoagro, comentou sobre o papel do mercado de capitais para o desenvolvimento do agronegócio, que representa mais de um quinto do Produto Interno Bruto (PIB) na economia brasileira. As linhas de financiamento existentes – principalmente as de longo prazo – garantem ao produtor rural e às empresas a possibilidade de planejar melhor a sua gestão operacional. Há uma crescente participação das securitizadoras, por meio da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que possuem uma estrutura robusta, envolvendo a participação de vários agentes, como escritórios de advocacia, agentes fiduciários, auditorias, entre outros. Isso vem atraindo investidores pessoas físicas, por conta do benefício da isenção do imposto de renda (IR), dentre outras.

Luiz Cornacchioni, diretor executivo da ABAG, destacou a liderança mundial do agronegócio brasileiro na produção de alimentos, fibras e energia, com exportações na base de US$ 110 bilhões, que garantem o saldo comercial da balança comercial do País. Existe um esforço enorme por parte do setor produtivo para superar barreiras nas áreas de infraestrutura e logística. Como fonte para novas modalidades de recursos financeiros, o mercado de capitais ajuda a dar sustentabilidade para as nossas cadeias produtivas.

Carlos Ratto, diretor executivo da Cetip, observou a menor disponibilidade dos recursos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A saída para os vários segmentos que necessitam de financiamento desse tipo, como é o caso do agronegócio, está nos instrumentos do mercado de capitais. Há uma busca recente por algumas modalidades, como no caso do CRA.

Tiago Lessa, advogado do escritório de advocacia Pinheiro Neto, destacou aspectos ligados à regulamentação da área. A atual falta de uma regulamentação específica apresenta como ponto positivo o estímulo à criatividade dos profissionais e das empresas envolvidos no meio. Um exemplo disso é a possibilidade de o CRA ser lastreado em moeda estrangeira. Quando não temos regulamentação, isso é convite à inovação, que é uma parte importante do processo de crescimento do segmento.

### PANO DE FUNDO

José Roberto Mendonça de Barros, economista sócio da MB Associados, afirmou que, apesar dos prognósticos desalentadores da economia brasileira para os próximos anos, o agronegócio ainda tem condições de manter elevados níveis de crescimento, como aconteceu nas últimas décadas. O agro é o único segmento que tem como característica investir em inovação para manter a produtividade elevada e, assim, ganhar competitividade. Mesmo com a desaceleração recente na economia chinesa, a demanda por alimentos daquele país ainda continuará muito forte e dependente de produtos brasileiros.

## MERCADO DE CRÉDITO
# NOVOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO

A criação do sistema nacional de crédito, pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, completa cinquenta anos neste mês. De lá para cá, a atividade rural no Brasil cresceu de forma espetacular e interagiu mais fortemente com a Indústria, o Comércio e os Serviços. Isso levou à formação das cadeias produtivas, com novos mecanismos de transferência de capital para o campo.

A safra 2015/16 será bem emblemática quando se analisa a questão do crédito. A persistência da inflação, o aumento da taxa de juros e a desvalorização cambial do real criaram um cenário de incerteza para a produção agropecuária. A questão do crédito é um ponto de preocupação tanto em termos de quantidade, como de custo. Como o capital de giro para custear a produção agropecuária é da ordem de R$ 240 bilhões, o produtor recorre a recursos de terceiros.

Nesse cenário, o crédito rural com base na chamada exigibilidade, calculada em cima dos depósitos à vista, com taxas de juros controladas, é insuficiente. Por isso, outras fontes terão de ser buscadas pelos produtores, como mostra recente levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Analistas de mercado concordam que, dentro da perspectiva atual de disponibilidade para o depósito agrícola e a poupança rural, a alocação de recursos para o custeio da safra 2015/16, com juros controlados, de R$ 96,5 bilhões está próxima do limite possível pela legislação vigente (veja ***Agroanalysis*** de junho de 2015). A alternativa é o mercado de títulos do agronegócio, lançado em 2005, mas com crescimento significativo a partir de 2010. Essas operações representam oportunidades, mas exigem uma análise mais acurada por parte do tomador do empréstimo. ■

**BRASIL: PARTICIPAÇÃO % DAS FONTES DE CRÉDITO PARA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA**

| Fontes de crédito | 2014/15 | 2015/16 |
|---|---|---|
| Bancos públicos | 38 | 37 |
| Capital próprio | 35 | 35 |
| Cooperativas | 8 | 9 |
| Cooperativas de crédito | 7 | 7 |
| Bancos privados | 6 | 5 |
| *Tradings* | 3 | 3 |
| Revendas | 2 | 3 |
| Insumos | 1 | 3 |

Fonte: Fiesp; OCB – setembro de 2015

**POSIÇÃO DOS TÍTULOS EM ABERTO NO SISTEMA DE REGISTROS**
(EM R$ MILHÕES)

| Ano | CDCA | LCA | CRA | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2010 | 1.428,00 | 13.419,00 | 156,00 | 15.003,00 |
| 2011 | 1.588,00 | 26.689,00 | 345,00 | 28.622,00 |
| 2012 | 3.005,00 | 58.560,00 | 370,00 | 62.035,00 |
| 2013 | 3.202,00 | 118.898,00 | 969,00 | 123.069,00 |
| 2014 | 3.265,00 | 148.772,00 | 2.045,00 | 154.082,00 |

Fonte: Cetip; BM&FBOVESPA – posição em 31 de dezembro

CRA - Certificado de
Recebíveis do Agronegócio.
Uma alternativa para financiar
o futuro do seu negócio.



O CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio - é uma opção de financiamento que permite ao produtor rural obter recursos por meio do mercado de capitais. A Cetip, integradora do mercado financeiro, oferece a infraestrutura que está por trás dessas operações, tornando-as mais seguras e eficientes. Dessa forma, traz total transparência para este ciclo, que contribui para o desenvolvimento de todo o setor. Para saber mais, acesse: www.cetip.com.br/titulosagricolas

Segurança que
move o mercado.

cetip

Declaração de exoneração de responsabilidade: o presente material foi emitido pela Cetip S.A. – Mercados Organizados ("Cetip"). A Cetip é um mercado de balcão organizado autorizada a funcionar pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e regulado tanto por esta quanto pelo Banco Central do Brasil. A contratação dos serviços contidos no presente material é de responsabilidade exclusiva dos participantes, não sendo a Cetip responsável, sob qualquer pretexto, por perdas decorrentes do uso direto, indireto ou consequencial do presente material. A Cetip se isenta de qualquer responsabilidade de fornecer qualquer recomendação específica de natureza legal, tributária, regulatória ou outras que não estejam no seu escopo de trabalho. A responsabilidade pela eventual contratação dos serviços contidos no presente material é exclusiva dos clientes, cabendo a este tão somente a função comunicativa de lançamento dos produtos e/ou serviços. Os exemplos aqui porventura presentes simbolizam situações simuladas e hipotéticas, meramente ilustrativas. Seu comportamento pode não representar as situações reais de mercado, não cabendo à Cetip qualquer responsabilidade por tais casos e/ou pelo desfecho de casos reais. Nada constante aqui restringe ou exclui qualquer responsabilidade legal cabida ao cliente, de acordo com a legislação e normas regulatórias. Este material é de propriedade da Cetip, sendo expressamente proibida a reprodução de parte ou da totalidade de seu conteúdo, mediante qualquer forma ou meio, sem prévia e formal autorização, nos termos das Leis sobre Propriedade Intelectual. Conforme previsto na Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, no Regulamento da Cetip, e demais normas aplicáveis em vigor, em função das características dos mercados que atende, a Cetip não possui fundo garantidor ou outros mecanismos de ressarcimento de perdas, razão pela qual não é cobrada qualquer taxa ou contribuição com esse objetivo.

RECUPERAÇÃO DO CONSUMO

# US$ 7 MILHÕES PARA PROMOÇÃO DE SUCO DE LARANJA NA EUROPA

IBIAPABA NETTO
Diretor executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR)

A QUEDA de demanda por suco de laranja nos principais mercados consumidores tem afetado a cadeia citrícola brasileira. De acordo com levantamento feito pela Markestrat, entre 2003 a 2014 o consumo recuou 15,3%. No total, 1,8 milhão de toneladas desapareceu do mercado. Isso significa que 450 milhões de caixas de laranja deixaram de ser consumidos na forma de suco.

No último dia 7 de outubro, a CitrusBR assinou acordo para um amplo trabalho de *marketing* na promoção do suco de laranja na Europa, destino de 70% das exportações brasileiras. O projeto será realizado em parceria com a Associação Europeia de Sucos de Frutas (AIJN, na sigla em francês) e irá envolver as principais marcas e empresas engarrafadoras, num investimento de US$ 7 milhões ao ano.

Os recursos serão divididos pelas três associadas da CitrusBR: a Citrosuco, a Cutrale e a Louis Dreyfus Commodities, que financiarão 50% do projeto. A outra metade virá de outras 25 companhias europeias representantes de mais de 90% daquele mercado. Pela primeira vez, os produtores de suco e seus clientes unem-se para promover o suco de laranja brasileiro, que receberá 80% dos recursos disponíveis.

A ideia de um projeto global de *marketing* começou a ser desenhada em 2012, quando a CitrusBR investiu US$ 1 milhão para mapear hábitos de consumo em dez países: Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Polônia, Rússia, Japão, China, Canadá e Noruega. Foram entrevistados especialistas de marcas globais e regionais, redes de varejo, engarrafadores, associações e analistas culturais, além de associados à CitrusBR no Brasil e no exterior.

Apresentado em 2013, na Bélgica, durante a Juice Summit, maior evento do mercado global de sucos, o diagnóstico do estudo mostrou erro de posicionamento do suco de laranja: as novas gerações não compreendiam os benefícios da bebida. As discussões deram origem à criação de um projeto de relações públicas internacional para promover e defender o suco de laranja de ataques que vinham acontecendo, principalmente, na mídia europeia.

Durante 2014, diversas reuniões, no Brasil e na Europa, discutiram o modelo do projeto e os termos do contrato. Durante este tempo, foram mapeados estudos científicos para rebater as dúvidas em relação aos benefícios do suco. A ideia, agora, é trabalhar este material junto a médicos, nutricionistas e formadores de opinião na Europa, num extenso trabalho de relações públicas, a fim de recolocar o suco de laranja no *hall* das bebidas saudáveis. ■



BOVINOCULTURA NO BRASIL

# EVOLUÇÃO E PRODUTIVIDADE

MATHEUS HENRIQUE MORETTI
Nutricionista de bovinos da Agroceres Multimix

ANNA PAULA ROTH MORETTI
Nutricionista de bovinos da Agroceres Multimix

QUANDO OLHAMOS o passado, temos um grande marco na pecuária de corte brasileira na década de 1990, pós-adoção do Plano Real. Neste período, começamos a vivenciar a redução do avanço das fronteiras agrícolas e a estabilização da moeda. Estas mudanças refletiram diretamente no bolso do produtor, uma vez que a relação de troca favorável e o processo inflacionário que existia ocultavam a ineficiência produtiva e o impacto dela no resultado econômico da fazenda.



ISTOCKPHOTO

O novo cenário criado a partir de então fez com que a pecuária passasse a demandar gestões de processos e capital, assim como a adoção de tecnologias que promovessem o aumento da produtividade do rebanho. Os processos de tecnificação e intensificação iniciaram-se nas fases de terminação e recria, com o crescimento dos confinamentos e o início de algumas estratégias nutricionais na produção de animais a pasto.

Atualmente, o estreitamento da relação de troca e a valorização do bezerro continuam estimulando investimentos na área de cria no curto e no médio prazos, pressionando o pecuarista a aumentar a intensificação e os controles, visto que medidas como a antecipação da idade e o aumento do peso de abate serão cada vez mais importantes para os resultados porteira adentro.

Por fim, o pecuarista que deseja se manter competitivo na atividade precisará conduzir sua fazenda como uma empresa, controlando todos os fatores que impactam seu resultado, como: manejo, genética e planejamento nutricional, que são de suma importância para o cumprimento das metas definidas para o sistema. ■

DEFESA VEGETAL

# GRANDES CULTURAS, GRANDES DESAFIOS

REGINA SUGAYAMA
Mestre e doutora em Biologia pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB/USP)

O MONOCULTIVO em áreas extensas cria um ambiente favorável ao estabelecimento de novas pragas; a oferta de alimento é praticamente ilimitada, e não há, pelo menos no início do processo de colonização, fatores bióticos de regulação da população. A situação torna-se ainda mais crítica em regiões onde o cultivo é realizado ao longo de todo o ano com plantas hospedeiras. É verdade que nem todas as espécies que chegam a uma nova localidade conseguem estabelecer-se, e, segundo estimativas realizadas no hemisfério Norte, 90% delas fracassam nos estágios iniciais do processo de invasão. No entanto, uma vez que consigam se estabelecer, poderão, eventualmente, alcançar níveis populacionais alarmantes e provocar perdas econômicas.

## SOBREAVISO PARA O INGRESSO DE NOVAS PRAGAS

O fato de a *Helicoverpa armigera* reunir os diversos fatores de risco mencionados e sua grande semelhança morfológica com uma espécie nativa do continente americano (*Helicoverpa zea*) podem ter contribuído para que a espécie tenha permanecido anos nas lavouras do Brasil sem ser detectada. O histórico da *H. armigera* no País coloca autoridades e produtores de sobreaviso para a possibilidade de entrada de outras pragas com o mesmo potencial de impacto econômico. E, inevitavelmente, isso vai acontecer. As questões a serem respondidas pela pesquisa são: de quais espécies, quando e por onde ocorrerá a entrada.

É o caso, por exemplo, de vinte espécies que atacam as culturas de soja, milho, algodão e feijão que vieram de outras partes do mundo e, hoje, são pragas destes cultivos. Citem-se, por exemplo, o fungo mancha foliar (*Phaeosphaeria maydis*), detectado ano de 1902 na cultura do milho; o coleóptero bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*), em 1983; o fungo da ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*) na soja, em 2001; e a helicoverpa (*Helicoverpa armigera*), em 2013, presente nas culturas de soja, algodão, feijão e milho.

O número de detecções aumentou a partir da década de 1980, o que pode ser resultado de dois fatores que não se excluem mutuamente: a maior estruturação de grupos de pesquisa agrícola no Brasil e o aumento de comércio/turismo internacional. Mais do que fazer um inventário de problemas, os dados históricos devem servir como guias para predizer que outras espécies têm maior probabilidade de entrar no Brasil nos próximos anos, com vistas a orientar ações públicas e privadas de vigilância e combate.

Diversos fatores contribuem para aumentar a probabilidade de introdução (entrada + estabelecimento) de uma espécie: a associação a atividades humanas, a capacidade de sobreviver ao transporte internacional, o comportamento polífago, a capacidade de sobreviver em campo a condições adversas, a alta plasticidade genética, a alta capacidade reprodutiva, a capacidade de dispersão ativa e, até mesmo, a semelhança com outras pragas já presentes no País. ■

**(Na próxima edição: *O perigo mora ao lado*)**

DIÁRIO DE BORDO

# A COP-21 ESTÁ NA PORTA...

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

FALTAM MENOS de dois meses para a tão esperada COP-21, que acontecerá em Paris, em dezembro próximo, quando o mundo todo debruçar-se-á, mais uma vez, sobre o complexo tema das mudanças climáticas e da sustentabilidade planetária.

Nosso País já teve forte protagonismo na COP-15, realizada em Copenhague (Dinamarca), e na COP-17, que aconteceu em Durban (África do Sul), quando nos comprometemos com a redução das emissões de gases do efeito estufa, tendo, inclusive, criado um amplo aparato legal com este objetivo, especialmente a Lei das Mudanças Climáticas. Mais recentemente, em discurso na ONU, a presidente Rousseff ampliou um pouco os compromissos do Brasil quanto a esse tema:

- Deverão ser reduzidas em 43% as emissões de gases do efeito estufa até 2030, tomando 2005 como ano-base – levando em conta que o total de emissões em 2005 foi de 2,03 bilhões de toneladas de $CO_2$ equivalentes, a meta representaria emitir 1,28 bilhão de toneladas, em 2025, e 1,15 bilhão de toneladas, em 2030;



- Uso da terra: até 2030, o Brasil pretende:
  * o fim do desmatamento ilegal no País;
  * a restauração e o reflorestamento de 12,5 milhões de hectares;
  * a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas;
  * a integração de 5 milhões de hectares de lavoura-pecuária-floresta.

- Na área de energia, garante-se o uso de 45% de fontes renováveis no total da matriz energética.

Por isso, o compromisso brasileiro do lado agrícola é muito importante. Com ou sem discurso na ONU, temos uma longa estrada a percorrer.

Em 2020, o desmatamento ilegal será muito próximo de zero, de modo que haverá redução de emissões causadas por desmatamento da ordem de 400 milhões de toneladas de $CO_2$ equivalentes. E, mais: se, de fato, em 2030, tivermos mesmo convertido 12,5 milhões de hectares de terras degradadas em vegetação nativa restaurada, agricultura sustentável e silvicultura, sequestraremos mais 5,2 bilhões de toneladas de $CO_2$ equivalentes nas duas décadas seguintes. Nesse mesmo ano, poderemos ter pouca pobreza e teremos: uma agricultura com boas práticas; a conservação da biodiversidade; os incentivos para conservação e restauração de ecossistemas; e métodos que melhorarão os meios de subsistência de milhões de pessoas, aumentando sua condição de suportar as mudanças climáticas.

E, em 2050, se mantivermos a taxa de crescimento da produtividade agrícola na área hoje disponível, produziremos 350 milhões de toneladas de grãos sem desmatamento. A esta área acrescentaremos mais 60 milhões de hectares de baixa produtividade transformados pela agricultura ABC, totalizando 180 milhões de toneladas de grãos. Outros 40 milhões de hectares desmatados da Amazônia serão produtivos, com mais 120 milhões de toneladas de grãos ou equivalentes em carnes e fibras. Com tudo somado, chegaremos, em 2050, a 650 milhões de toneladas de alimentos, ajudando a garantir segurança alimentar para todo o Planeta – e sem desmatamento adicional! E vamos, ainda, retirar da atmosfera pelo menos 180 milhões de toneladas de $CO_2$ por ano, somente com a atividade agrícola tecnificada.

Que outro país no mundo tem essa capacidade?

Que nossos representantes na COP-21 sejam iluminados por essas perspectivas. ■

PRODUZIR

# COMO DRIBLAR A INEPTA DIPLOMACIA COMERCIAL BRASILEIRA

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O SETOR produtivo alertou, mas o governo brasileiro foi surpreendido pelo anúncio do mega-acordo comercial da Parceria Transpacífica, o maior tratado regional da história. O mundo não está parado, ao contrário do que acreditam a diplomacia brasileira e o governo federal, que não parecem entender a dinâmica do século XXI e ainda ignoram o conceito de que os governos devem funcionar como plataformas para a solução dos problemas de seus cidadãos.

O tratado, assinado por doze países – entre eles, Japão, Estados Unidos, Austrália e Canadá –, prevê a harmonização de regras comerciais e outros procedimentos em áreas como meio ambiente e trabalho. O acordo representará 40% da economia mundial, abrangendo mais de 800 milhões de pessoas. O novo bloco estabelecerá altos padrões de atuação e comportamento, o que irá trazer grandes transformações para a dinâmica comercial entre o Brasil, os países deste bloco e outros mercados.

As exportações do agro brasileiro sofrerão o impacto mesmo antes da conclusão do tratado. Na agropecuária, o acordo desviará o fluxo das exportações brasileiras para a Ásia, em favor de alguns de nossos maiores concorrentes, como os EUA, a Austrália e a Nova Zelândia, especialmente nos setores de grãos, carnes e lácteos.

Os países do acordo acirrarão a disputa pela China, mercado com o qual o Brasil não conseguiu estabelecer uma relação comercial além da venda das *commodities* minerais e agrícolas. Além disso, não devemos esquecer que os chineses estão, também, negociando acordos dos quais não participamos.

O Brasil, que tem interesse em todos os mercados, sobretudo os mais sofisticados, deveria sair da letargia e buscar, com audácia e humildade, uma solução para se inserir nesses acordos, independentemente de sua posição geográfica. Não podemos aceitar o aprofundamento de nosso isolamento, ainda que tenhamos resistência interna de alguns setores.

A ausência de uma diplomacia comercial eficiente e voltada para resultados aumenta o desafio e a responsabilidade do setor privado em abrir mercados e costurar acordos por conta própria. Multinacionais brasileiras, como a JBS, a BRF e a AB InBev, vêm fazendo isso, o que demonstra ser mais inteligente criar estratégias para conquistar o consumidor do que confiar no Governo.

Precisamos antecipar tendências e preferências de consumo e dar mais força aos atributos saúde e sustentabilidade como fatores de escolha. Atributos nutricionais, garantia de origem e relação amigável com o meio ambiente serão essenciais para conquistarmos mercados.

Nesse contexto, o setor produtivo brasileiro precisa exigir a participação ativa nos fóruns de negociação. A diplomacia brasileira também deve despertar para a sua função, de modernizar e integrar o Brasil ao mundo desenvolvido. Não podemos continuar reféns de pensamentos retrógrados e protecionistas daqueles que não abrem mão de reservas de mercado e regalias.

É imprescindível transformar nossas vantagens naturais e comparativas no agronegócio em vantagens competitivas para atrairmos novos investimentos e reestruturarmos nossos setores industriais e de serviços. Só uma economia com foco em resultado nos abrirá espaço para conquistarmos um lugar de respeito na nova dinâmica comercial que começa a ser forjada no início deste século. ■



OPINIÃO

# AGRICULTURA E O "AJUSTE"

ARNALDO JARDIM

Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Agricultura (Conseagri)

A PROPOSTA do "ajuste fiscal" reduziu o investimento público e aprofundou a desaceleração da economia do Brasil. As ações adotadas pelo governo federal agravaram os problemas estruturais, e suas oscilações na condução da política econômica corroeram a credibilidade restante.

Quando o investimento privado cai, o Governo poderia investir mais – o chamado movimento anticíclico –, mas não consegue fazer isso. A estimativa é de queda do PIB em 2,80%, em 2015, e de 1,00%, para o próximo ano.

Nos últimos anos, o governo federal pouco fez para implantar as concessões e parcerias público-privadas, e sua dubiedade ideológica gerou insegurança jurídica, inibindo os investimentos.

Importantes setores econômicos, como Indústria e Serviços, sofrem os impactos da crise, e o desemprego dispara. A Agricultura e a Pecuária resistiram mais a esta crise, demonstrando sua energia, capacidade de adaptação e virtuosidade. São o setor mais preservado e capaz de responder mais rapidamente aos estímulos.



A variação cambial trouxe alívio para alguns segmentos do agronegócio e estimulou exportações e a recuperação da competitividade. A valorização levou à queda da importação da borracha, por exemplo, diminuindo a concorrência com os produtos nacionais.

Devemos, porém, enfrentar questões estruturais para irmos além de algo momentâneo. A desvalorização do real tornou os insumos, como fertilizantes e defensivos, mais caros. Além disso, a queda no consumo, inclusive de alimentos, restringe o mercado, limita a produção e diminui preços.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o consumo das famílias recuou 1,5% no primeiro trimestre deste ano, o pior resultado desde 2008, quando a queda foi de 2,1%. O cenário de inflação alta, crédito escasso e renda comprometida está fazendo com que os brasileiros consumam menos.

A retórica do anúncio do Plano Safra, que teve um volume de crédito adequado, está sendo comprometida, pois muitos agricultores estão com dificuldades para efetivá-la, por conta das exigências das instituições financeiras.

Esse acesso reduzido aos recursos, aliado à diminuição da utilização de defensivos e fertilizantes e à queda na venda de equipamentos e maquinários agrícolas, impactará fortemente o volume da produção.

Já o reajuste do preço do combustível foi importante para o setor sucroalcooleiro, valorizou o nosso etanol, mas encareceu o diesel, fundamental para as nossas máquinas agrícolas e para os veículos que fazem o escoamento da produção.

A recuperação da estabilidade precisa ser o caminho para o desenvolvimento econômico e social. O Governo tem que reconstruir um ambiente de confiança necessário para os investimentos, e não desperdiçar as vantagens conquistadas no passado.

Todo esse quadro demonstra, mais uma vez, o papel estruturante do setor agropecuário: mão de obra intensiva, exemplo de produtividade, polo de inovação tecnológica, vanguarda em pesquisa de cultivares, a mais longa e complexa cadeia produtiva do País. E é nele que o projeto de futuro deve se assentar. ■

REFLEXÃO

# ACORDOS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

*Fiz um acordo de coexistência com o tempo:*
*Nem ele me persegue, nem eu fujo dele, e*
*um dia a gente se encontra*

**Mário Lago**

O BRASIL tem enorme preferência por acordos internacionais na América Latina. Correu do acordo da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e, com os EUA, só tem um acordo, datado de 1935; segue firmemente travado no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), na esteira de um claro foco de política ideológica. Aliás, no embate entre os países do MERCOSUL, corre, há tempos, um possível acordo com a União Europeia, mas, até agora, nada...

O mundo globalizado exige posições. O tempo vai correndo, e as coisas vão acontecendo em grandes saltos. Os EUA, o Japão e mais dez países fecharam a Parceria Transpacífica, considerada o maior acordo comercial regional da história. A sombra da China fez acelerar as ações dos EUA junto aos países asiáticos, um monumental mercado. O Brasil? Ficou fora!

Enquanto alguns ainda festejam, há outro acordo correndo célere entre os EUA e a Europa, tratando de uma série de temas relacionados a comércio e investimentos, como modernização de regras comerciais e melhora na compatibilidade entre os regimes regulatórios. Isso poderá isolar de vez o Brasil. Um acordo EUA/Europa tem a ver com a metade do PIB mundial e 40% do comércio mundial. Este acordo pode gerar normativos próprios que podem até vir a ser seguidos pela OMC, pela FAO e por outros. Como ficará nisso o Brasil, sétima economia do Planeta?

Em recente pronunciamento, a presidenta disse que "o Governo vai fazer do comércio exterior elemento central da agenda da competitividade".

Mas, vamos combinar: qualquer país teria interesse em um acordo com o Brasil no campo do agronegócio! Se não há, é porque o Brasil não se define... E o tempo faz estragos quando a emoção e a razão não entram em acordo. Afinal, o tempo não espera nem está de acordo com faltas de disciplina...

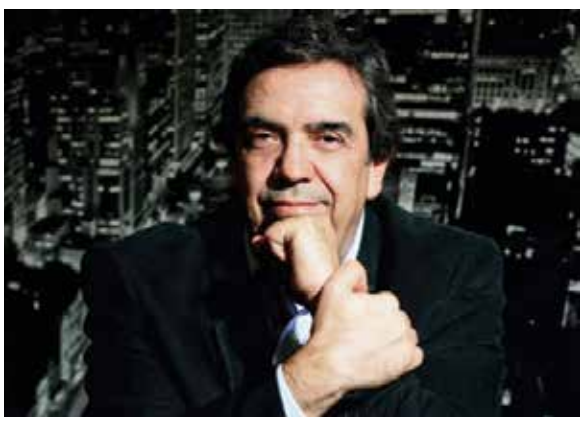
O grande negócio do Brasil é o agronegócio, nas palavras de todos. No entanto, o agronegócio é dependente total do tempo, sendo este o condutor das ações para a produção, a colheita, o processamento e o comércio. O Brasil foi convidado a ser o maior, dentre todos os países, na expansão da oferta de alimentos neste século XXI. Mas, precisa, além de produzir mais e de forma sustentável, fazer logística, fazer acordos internacionais, fazer tudo aquilo que o agronegócio, seu melhor negócio, pode fazer, mas não faz!

Sempre vale lembrar um provérbio que vem de um país (China) que faz parte do acordo – sem acordo – dos BRICs: "há três coisas na vida que nunca voltam atrás: a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida.". Mas, em algum momento, cansamos de bater na porta de quem não abre.

A pergunta do agronegócio é clara: quem fará o trabalho para o Brasil efetivar o seu real papel geopolítico no mundo – produzir e exportar *commodities* e produtos de origem agropecuária de maior valor agregado?

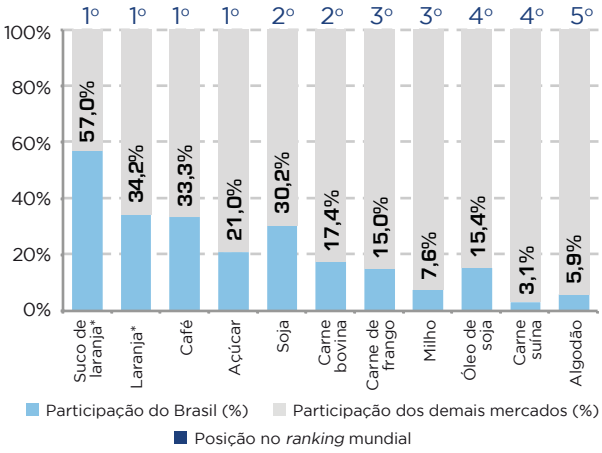
Não há tempo para interesses. O Brasil é bem maior do que isso. Como vamos conduzir os nossos interesses nos acordos internacionais que estão passando na frente dos nossos olhos, se o foco é simplesmente uma guerra política?

Não dá para esconder: o tempo nos encontrou! ■



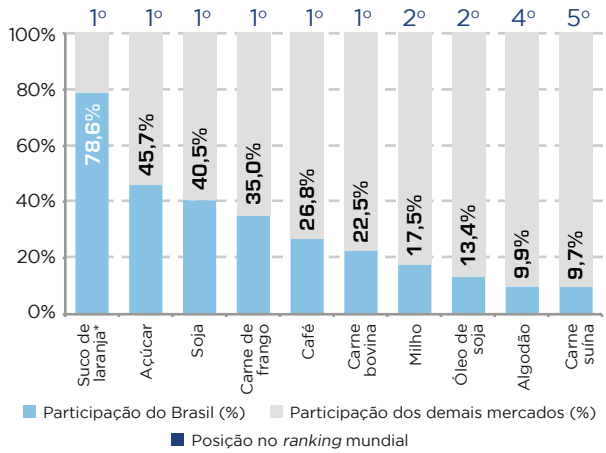
# PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

## POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



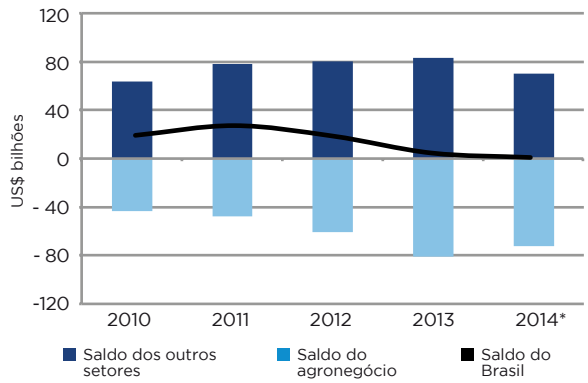

* 2013/14
Fonte: USDA

## POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



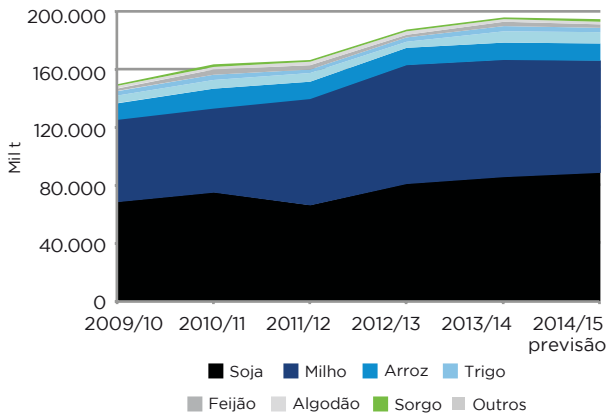

* 2013/14
Fonte: USDA

## BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



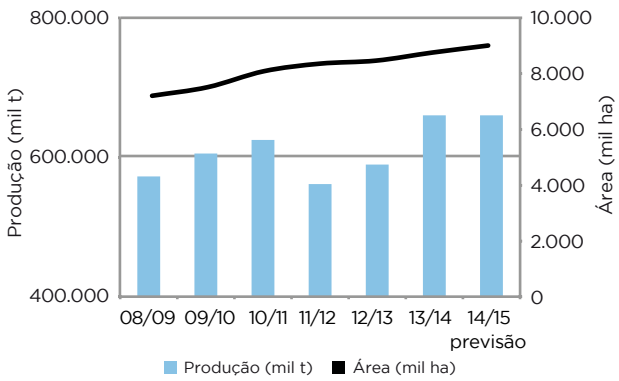

* Até outubro
Fonte: SECEX

## BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



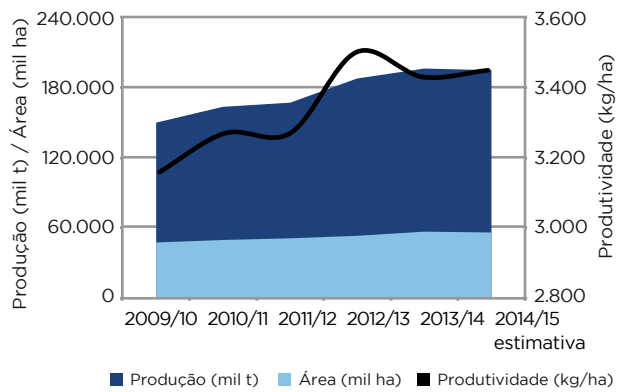

Fonte: Conab

## BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR




Fonte: UNICA; Conab

## BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE




Fonte: Conab